

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM QUINZE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E NOVE:** =====

===== Aos quinze dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Madail, para execução de obras de construção de muros de suporte na Rua Joaquim Bastos e Rua do Lagoeiro – Autorização;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para execução da Rua do Centro de Saúde até à Rua do Atlético Clube de Cucujães – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução da obra de construção de redes de água residuais na Rua Alípio Brandão e Beco da Fonte do Juiz – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Pinheiro da Bemposta, para execução de obras de beneficiação e pavimentação da Rua dos Moinhos – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Fajões, para execução das seguintes obras: beneficiação e pavimentação do caminho que liga Retorta a Pisões; alcatroamento da EM desde a Escola Básica do 1.º ciclo de Casalmarinho ao limite sul do lugar de Paços confinante com Azagães; beneficiação e alcatroamento do caminho do Calvário, imediações da Igreja Paroquial de Fajões; alcatroamento da estrada do lugar de S. Mamede (Fajões) a Monte Calvo (Romariz) – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução das obras de beneficiação da Rua João Pinho Costa e Rua do Cercal e arranjo do Alto das Cruzes ou calvário – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução das obras de construção do Edifício Multifunções e beneficiação do Parque Infantil – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Contrato-programa a celebrar com o Sporting Clube de Bustelo – Cooperação financeira no âmbito específico de apoio destinado à execução de arrelvamento sintético do campo de futebol – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Musical Macinhatense, tendo em vista a instalação de um PIC – Pólo de Inovação e Cultura, em Macinhata da Seixa – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo com Águas do Douro e Paiva, SA, para realização das obras de remodelação do Reservatório de Carregosa necessárias à recepção do fornecimento de água - Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados ao abrigo do mesmo (designadamente pagamentos);* =====

===== **Ponto doze:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2009 – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Regra de cálculo das taxas devidas pela emissão de licenças para recintos itinerantes/ improvisados e emissão/ renovação de mapas de horário e alargamento de horários de funcionamento – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Constituição de Entidade Empresarial “Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria” – Aprovação/ Ratificação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Plano de Urbanização da Zona Industrial de Costa Má/ S. Roque – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Postura Municipal de Trânsito de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Processo de Emparcelamento PI/1076/2009 – GESTAMP, S.A. – Isenção de pagamento de taxas – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Processo de Loteamento Urbano n.º 2276/07 – GONVARRI – Produtos Siderúrgicos, S.A. – Isenção de pagamento de taxas – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte:** *Processo n.º 2544/07 – Laurentino Santos Pinho – Reconhecimento de equipamento de interesse municipal.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, António Alberto Bastos, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, António*

Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Ilídio António Tavares Ferreira, António de Jesus Silva e André Lourenço Pinheiro Ribeiro. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **E a ausência dos seguintes Membros:** *Diamantino Melo de Almeida e Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor António Alberto Bastos, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária, em virtude da mesma ter solicitado a suspensão do mandato, por motivos de saúde.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa declarou:* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Estamos em condições de dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Já chegaram à Mesa um conjunto significativo de votos, que depois no final do “Período de Antes da Ordem do Dia” iremos aprovar ou não.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Dr. Jorge Almeida, do PSD, que disse:* =====

===== *Boa tarde a todos. É com muito gosto que venho aqui relevar várias iniciativas que já se tornaram obrigatórias e indispensáveis no programa cultural e social do quotidiano Oliveirense. Duas mãos cheias de bons espectáculos com qualidade, com diversidade e com vontade de agradar a todos os públicos, um aspecto importante e que deve ser sempre tido em conta na elaboração de um cartaz. Falo especificamente do Ciclo da Primavera, durante o qual, por felicidade de datas coincidiu o “Dia Mundial do Teatro” e o “Dia Mundial da Dança”, dias devidamente assinalados e que tiveram uma forte participação de colectividades Oliveirenses. É*

de relevar a preocupação de preencher, de integrar activamente no "cartaz" as colectividades, grupos Oliveirenses, uma preocupação que foi mais notória com o regresso ao palco dos "Rangers" trinta e tal anos depois, conseguiram encher por completo o Cine Teatro Caracas. A casa de espectáculos do município, mostrou também nomes importantes do panorama musical português como "Paulo de Carvalho" e "Susana Félix". Teatro, dança, música, preencheram o Ciclo da Primavera, mas permitam-me dar especial relevância a duas iniciativas: o II Concurso Nacional de Música Para Instrumentos de Sopra", que este ano recebeu trezentos e quarenta instrumentistas vindos de todo o país; a outra iniciativa é por tradição, o Mercado à Moda Antiga, palco das freguesias e das colectividades por excelência. No início ainda de um longo caminho a criar tradição na nossa cidade está a "Queima das Fitas", a festa do nosso ensino superior, a festa dos nossos estudantes, que através de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem realizou uma semana de Queima que animou e preencheu de juventude a nossa cidade. Juventude que, entre 12 e 17 de Maio pôde participar na décima terceira edição do Festival da Juventude. Uma edição, que proporcionou vários concertos na Praça da Cidade com os Oliveirenses "ZENKO", os reconhecidos internacionalmente "Slimmy" e por ultimo o nosso artista de Rádio e TV Disco, Herman José. Maio, foi sem dúvida e permitam-me a expressão, "Bué de Fixe" pois terminou na "Crista da Onda" com o projecto "Surf no Interior", uma parceria entre os promotores Ótimos TAG, Flower Power Surf School e a Câmara Municipal, num sábado diferente para quem quis apanhar a onda, sem mar, na Praça da Cidade. Azeméis é Juventude, Azeméis é Vida. Obrigado.

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, que interveio da seguinte forma: =====

===== Muito boa tarde. Saudamos com agrado a notícia de que a candidatura apresentada pela Câmara Municipal ao QREN para requalificação do Parque de La-Salette foi aprovada. O Parque de La-Salette bem precisa e os Oliveirenses merecem. Apreciamos salientar com agrado, mas já sem surpresa, que foi um Governo do Partido Socialista que aprovou esta participação do Quadro de Referência Estratégica Nacional para Oliveira de Azeméis. E digo sem surpresa, porque o presente e o passado recentes bem demonstram que é sempre que temos um Governo Socialista a governar o País que maior é o investimento público estatal no nosso concelho. Foi assim com o edifício do Tribunal de Trabalho, com o novo Quartel da GNR, com a variante de acesso à auto-estrada em tempos idos e foi assim agora com a construção do novo Centro de Saúde, com o novo Serviço de Urgências do Hospital S. Miguel, com a construção das piscinas, do pavilhão oficina, com o arranque próximo do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, com a futura nova Unidade Hospitalar do Entre Douro e Vouga que será construída no nosso concelho, com a A32 entre outros e outros, que o resto do mandato deste Governo trará. A aprovação desta candidatura surge em coerência com um conjunto de políticas que têm vindo a ser levadas a cabo pelo Governo e com enquadramento geográfico regional. Falo naturalmente da Grande Área Metropolitana do Porto, na qual hoje estamos inseridos e que tem vindo a promover e bem um conjunto de políticas apoiadas pelo Estado no domínio da intervenção em jardins, zonas verdes, parques, requalificação ambiental e zonas de lazer, com o fim último de preservar o nosso património ambiental e proporcionar mais e melhores condições de qualidade de vida às pessoas. Só podíamos estar de acordo com a aprovação do Governo de mais este investimento, pois é inquestionável a necessidade de intervenção no nosso Parque que a participação do QREN agora contempla. Com a candidatura ora aprovada, bem andou a Câmara Municipal, repito, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. O que tem a Fundação La-Salette que ver com isto?

É uma pergunta que muitos já fizeram e outros tantos farão. Fundação é uma instituição de interesse e utilidade pública, no sentido em que a Lei lho atribui, que visa cumprir fins de interesse social, que podem ser de vários tipos e que é instituído a partir de uma doação ou legado, é um elemento com personalidade jurídica própria e com um estatuto reconhecido por Portaria do Conselho de Ministros, com autonomia patrimonial própria, ainda que possa ser subvencionada com capacidade de gerar receita ainda que proveniente do Mecenato. Eis, em traços muito largos e apenas para que se perceba o que é uma Fundação. A dita Fundação La-Salette não é nada disto, existe como uma verdade em papel de rascunho e é lembrada sempre que dá jeito, fotografada sempre que convém e esquecida sempre que interessa. Posta nessa mesmo papel de rascunho, há cerca de cinco anos e ainda não saiu de lá. Qual a sua actividade? É outra das muitas perguntas que muitos têm feito: têm realizado despesa por transferência directa da Câmara Municipal, ou seja, o que tem feito e nada, têm diferenças muito pequenas. Do Conselho de Fundadores, apenas soubemos notícias pelo cansaço de não fazer nada, que levou a que alguns batassem com a porta. Dos Mecenas sabemos que não existem, ressalvando o respeito que nos merecem obviamente os que têm feito oferendas próprias da realização de um qualquer piquenique comunitário. Projectos realizados, enchem um baú de esperanças vãs. Disseram os Fundadores, há cerca de cinco anos, que um dos objectivos principais era, e passo a citar: “Resolver o problema desta casa”. Isto foi dito na Estalagem de S. Miguel e a dita casa era pois a Estalagem. Quanto à Estalagem S. Miguel, um património edificado valioso quer pela localização estratégica, quer pelo sacrifício que há umas décadas atrás implicou para muitos edificá-lo, continua com o seu destino por definir e ela degrada-se dia após dia. Projectos para o futuro, não conhecemos sequer o projecto de formalização da própria Fundação. Temos o Parque e esse será sempre nosso, porque há cem anos atrás um punhado de Oliveirenses valentes construíram-no. Hoje, uma coisa chamada Fundação, cinco anos depois, ainda não conseguiu sequer sê-lo, tal como não conseguiu lamentavelmente realizar um programa de comemoração de centenário condizendo com a valentia que a obra constituiu à época e que ainda hoje constitui. A tão falada ligação pedonal ao Parque continua apenas a ser reclamada por uns quantos Oliveirenses, apaixonados pela sua terra e que não desistem dela, mas nem com esta candidatura da Câmara Municipal se vê a possibilidade de vir a ser uma realidade. E para a chamada Casa do Mateiro, compramo-la, estamos a pagá-la. O que há preparado para ela? Intervir nela ou deixá-la ruir de vez? O quê e quando? Para a realização da requalificação para a qual vimos o Governo através do QREN participar com cinco milhões de euros no Parque e vamos ter nós, Município, de participar no mínimo com um milhão e meio de euros. De onde, com que dinheiro, se de acordo com o plano de reequilíbrio financeiro aprovado pelo Tribunal de Contas e a que o Município está obrigado, nos sobram apenas cinco milhões e meio/ano para investimento nos próximos quatro anos. Isto ainda ninguém disse, mas era importante que se dissesse e que alguém tivesse dito. Já alguém disse que o riquíssimo tecido associativo do nosso concelho, espalhado pelas suas dezanove freguesias, com muito menos dinheiro tem feito muito mais, com muitos menos custos de comunicação e imagem, mas esses são dispensáveis embora produzam pompa em algumas circunstâncias. Depois disso, também se disse que o “Parque não precisa de polémica”. É tão certa uma como outra das verdades. O que ainda ninguém disse foi que o Parque também não precisa desta coisa a que se tem chamado Fundação e não precisamos de ir mais longe, os noventa e cinco anos da sua existência, sem a suposta Fundação, bem o demonstram e chegam. Bem-haja a todos os visionários que há cem anos construíram a melhor das heranças que temos hoje. Bem-vindo o investimento público do QREN no nosso Parque. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor António Xará, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. O anúncio efectuado pelos responsáveis da Fundação La-Salette de um investimento de cinco milhões de euros na requalificação do Parque, vem tão só confirmar que: - o trabalho de casa tem sido feito, pois caso contrário não teria sido possível obter a aprovação de tal investimento; - que esta requalificação irá proporcionar melhorias capazes de dotar o Parque com condições para o século XXI. Tudo isto não é ao acaso, é gestão! Recordo duas medidas muito importantes e que claramente influenciaram o rumo e a estratégia para o Parque: a primeira, a contratação de competências técnicas para a gestão do Parque no dia-a-dia; a segunda, a implementação dum "Plano de Desenvolvimento Estratégico do Parque", com o objectivo da renovação/requalificação do mesmo. Para isso, foi necessário conhecer o espaço de trabalho e o seu valor, pelo que em parceria com o ICETA (Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares da Universidade do Porto) foi elaborado um "Projecto Paisagista para recuperação do Parque de La-Salette". Esta proposta de intervenção incidiu não só, na área correspondente ao espaço interior do Parque, como também na sua envolvente imediata. As soluções apresentadas pretenderam seguir os princípios de intervenção mínima, forte adequação às características biofísicas e culturais da paisagem histórica, de modo a potenciar os valores patrimoniais em presença, fazendo com que este Parque se possa distinguir de forma única e irrepetível no contexto do Noroeste Peninsular. Com as conclusões deste trabalho e de outros diagnósticos entretanto efectuados, foi possível a apresentação da candidatura ao QREN: - A Criação do Centro de Interpretação do Vidro; - A Requalificação do Parque Infantil e Desportivo com Criação do Parque Sénior; - A requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette; - A Requalificação do Equipamento Urbano Multifuncional; - A envolvente do Parque de La-Salette; - O novo Parque de Merendas; - A nova mata de La-Salette; - A criação do Centro de Visitantes do Parque. Estas, são algumas das intervenções, que vão transformar o Parque num pólo moderno, sem esquecer a sua história. A Fundação desde o primeiro dia, mostrou uma forte sensibilidade e preocupação para com o notável património arbóreo, tanto mais que são muitas as espécies oriundas ainda da plantação inicial, pelo que foram solicitados também nos anos de 2005 e em 2009, vários pareceres e estudos a reconhecidas Entidades, como a Fundação de Serralves, através do seu Gabinete de Arboricultura e a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, tendo os mesmos apontado para a necessidade de cortes selectivos de algumas espécies, ou seja: a eliminação de espécies não indígenas infestantes que se estavam a tornar invasores; a eliminação de árvores em estado fitossanitário precário, que podiam não só apresentar risco de ruir como também ser foco de doenças, parasitas, etc; a eliminação de árvores mal distribuídas no espaço, sendo potenciadoras quer de um crescimento desequilibrado das árvores circundantes, quer de uma menor presença de herbáceas e pequenos arbustos. Por outro lado, com o objectivo da replantação e requalificação das espécies, foram plantadas até à data, no interior do Parque e na encosta nascente, mais de quatrocentos exemplares arbóreos, previamente seleccionados. Esta valiosa mancha verde que é o Parque de La Salette, acaba por ser reconhecida em Março de 2009, tendo sido classificado como "Arvoredo de Interesse Público" o que por si só, vai atrair muitos mais visitantes não só nacionais como turistas de outros Países. A Fundação também se tem preocupado em mostrar à população do Concelho e a todos os visitantes, o valor deste espaço verde secular, reforçando o sentido de cidadania, de consciência ambiental e de pertença, afinal ("o Parque é de todos e para todos"). - Identificação de diversas espécies, com colocação de placas informativas (com o nome vulgar, o nome científico e a sua origem); - Implementação das "Visitas de A a Z" complementadas pelos

ateliers de "Expressão Plástica e Madeiras"; - Visitas ao Berço Vidreiro; - Passeio de barco no lago do Parque; - Uma aventura no Parque. Estas foram algumas das iniciativas que está a possibilitar uma maior sensibilização e identificação com o Parque. Em 2008, dos milhares de visitantes ao Parque, já cerca de mil pessoas, entre crianças, jovens e adultos, solicitaram formalmente visitas e actividades via Fundação. De modo a criar-se um ambiente de maior proximidade com o visitante do Parque, foi requalificada a sinalética. É de salientar que esta sinalética foi elaborada com madeira de cedro de árvores que caíram ou foram abatidas por doença e que em tempos viveram no Parque, dando-se o mote para a reutilização dos materiais. Foi criado o "Clube Amigos do Parque": qualquer cidadão pode inscrever-se como "sócio" apoiando a causa do Parque. Existe a "Bolsa de Colaboradores", associada a tarefas de voluntariado, de acordo com as actividades da Fundação. Outras intervenções tiveram relevância, tais como: a requalificação do circuito de manutenção; a melhoria da iluminação do Parque; a instalação de ecopontos; a aquisição da Casa do Mateiro. A história do Vidro, não foi esquecida e para isso foi criado o "Berço Vidreiro", dando condições para que todos os visitantes do Parque, tenham acesso ao processo de fabrico do vidro. Foi criada uma loja de venda de peças únicas de fabrico artesanal, devolvendo assim o sentimento regional, dando ainda a possibilidade de podermos ofertar algo que é originário de Azeméis. Na vertente social, a Fundação aderiu a várias parcerias com outras Entidades, privilegiando a cooperação com os departamentos sociais, culturais, ambientais e desportivos da Administração Central e Local. Exemplos desta aderência: - Acolhimento de pessoas ao abrigo de "Programas de Integração Socioprofissional", cooperação do CAT da Feira; - Acolhimento de pessoas em cumprimento de penas com "trabalho a favor da comunidade", cooperação com a Direcção-geral de Reinserção Social; - Acolhimento de estagiários de escolas do Concelho; - Acolhimento de jovens, em programas de Ocupação dos Tempos Livre. Mas, também uma palavra de apreço e gratidão para todos aqueles que têm integrado de forma voluntaria a Comissão de Festas de La-Salette, que têm sido inextinguíveis na busca das condições para manter estes festejos como os mais representativos não só do Concelho como da Região. Mas não são só as Festas que marcam este voluntariado: a renovação do Coreto, a limpeza do lago, a renovação dos barcos e da tradição do passeio de barco, foram algumas das acções demonstrativas do impacto que o voluntariado pode ter. Naturalmente não poderia terminar sem falar da Estalagem. Todos ou quase todos sabem que nos dias de hoje, catorze quartos não viabilizam um investimento nesta área. Abrir hoje, fechar amanhã, não interessa. Todos ou quase todos sabem que na conjuntura actual, com que o Governo Socialista nos prendou, não é fácil encontrar parceiros investidores. Todos, ou quase todos, sabem que é preferível ir usando aquele espaço do que ter o mesmo absolutamente fechado. Nem todos sabem, mas existem projectos, projectos muito interessantes para a Estalagem. Vamos deixar passar a crise e aguardar pelas cenas dos próximos capítulos. Meus Amigos, naturalmente como em quase tudo, para uns o desempenho é bom, para outros nem por isso. Uma coisa é certa, o Parque de La-Salette é demasiado importante para servir de palco ou de degrau para interesses pessoais ou políticos. Não nos esqueçamos, que o século XXI não é só nosso, será muito mais dos nossos filhos, dos nossos netos e o Parque é um legado que temos por obrigação de deixar no mínimo, ao nível que o recebemos. Mais uma vez queria dar os parabéns à Fundação pela aprovação desta candidatura de requalificação do Parque. Foi claramente, e só os que não têm boas intenções é que tiram o demérito à Fundação por este trabalho prévio realizado. E fico muito confuso quando aqui se diz: por um lado, congratula-se para dar mérito ao Governo pela aprovação do QREN e logo de seguido, há uma apreensão total aonde se vai buscar o dinheiro para se concretizar esse mesmo projecto. Para isso, meus amigos, não vale a pena só citar os Oliveirenses de 1909, temos é que seguir o exemplo dos Oliveirenses do ano de 1909. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====*

===== *Boa tarde. Estamos quase no fim do nosso mandato, penso que mais duas ou três Assembleias se assim for, pelo menos duas. Penso que o balanço ainda vem cedo, o balanço que teremos que fazer objectivamente caberá a cada força política, é a opção de cada um. Na nossa óptica, os investimentos efectuados por este Executivo, muitos deles já vinham de planos e orçamentos anteriores, uns foram positivos, outros com certeza que não, não estão nas nossas linhas de prioridade. Mas também aproveitar, ressalvar e valorizar este investimento do QREN para a requalificação do Parque de La-Salette, que é o pulmão da nossa cidade e também do nosso concelho. Apraz-me valorizar este investimento e também as medidas que estão colocadas para o Parque de La-Salette. Recentemente foram comemorados os vinte e cinco anos de elevação do nosso concelho a cidade, agora eu não podia deixar uma vez mais de colocar aqui o balanço negativo que neste mandato se fez e da responsabilidade não só deste Executivo, mas também pelas outras forças políticas, pela sua apatia ou até, de alguma forma sabendo que isto se ia concretizar, em relação à sua atitude passiva em relação Hospital de S. Miguel. Na nossa óptica, todos lavaram as mãos como Pilatos. Em relação a nós, da força política que temos, das nossas competências e do papel que nos deram, fizemos todos os possíveis para que o Hospital não tivesse o fim que está a ter. Penso que não é mentira nenhuma, é verdade nua e crua, que neste mandato a machada que mais se sentiu em relação a uma área de grande importância dos Oliveirenses, e a grande machadada foi efectivamente no Hospital de S. Miguel. Ainda recentemente foi espoliada mais uma valência, que era do conhecimento público e que ainda na última Assembleia Municipal eu aqui coloquei, que era o fim que se esperava, penso que isto teve alguma convivência da parte do Executivo e também da parte da Direcção do Hospital, que é do conhecimento público em relação à retirada da valência da pediatria. Eu não podia deixar de dizer, senão não ficava de consciência tranquila. Nós vamos ficar agora simplesmente com consultas das nove às vinte horas, vamos lá ver o que é que isto vai dar, com algumas valências, com o serviço de urgência básico e vamos lá ver o que é que o futuro nos vai colocar em relação ao nosso Hospital. Eu penso que há forças políticas que ainda estão a acreditar no milagre do novo Hospital, mas eu sou muito céptico em relação a isto, tem a ver também com o momento de crise, vamos lá ver, porque eu também tenho conhecimento que ainda há pouco tempo vai ser inaugurado um futuro Centro Hospitalar também num concelho aqui ao lado. Quer dizer, penso que deve ser por ser ano de eleições que agora há dinheiro para tudo. Ainda há pouco tempo não havia dinheiro para nada e agora parece que há dinheiro para tudo. E neste quadro penso que é caso para dizer “valha-nos Deus, que com este dinheiro é possível”. Ainda recentemente eram comentadas aqui muitas dificuldades, por exemplo em relação ao Centro Escolar, a Escola EB 2/3 de Fajões, em que não havia dinheiro e agora já há dinheiro. Veio na comunicação social e já foi aqui referido pela Senhora Deputada, também o Centro de Saúde, ainda há pouco tempo havia muitas dúvidas em relação e de um momento para o outro parece que se deslumbra uma nuvem verde para o novo Centro de Saúde, vamos lá ver. Penso que se calhar neste quadro eleitoral vão haver mais verbas para outras áreas. Agora eu não podia deixar aqui o meu protesto em relação à área da saúde. Penso que nem todos pensam da mesma maneira, eu acho que há muita gente que lutou por este Hospital, ainda há poucos anos foram investidos milhares e milhares de euros na Pediatria, há cerca de seis ou sete anos, para ter o fim que teve, mas pronto o povo assim dirá e a cada um cabe o seu protesto. Senhor Presidente, já que estou a falar em ano de eleições, também queria aproveitar em relação a algumas áreas que era possível tentar solucionar e eu não deixarei uma vez mais de debater se é possível antes de terminar o mandato uma solução em relação à Rua Bento Landureza. Aquilo está, e tem vindo a*

ser transcrito na comunicação social, num estado deplorável, é o termo que se pode aplicar. Eu tenho sido confrontado por alguns moradores em relação a esta situação, eles estão há espera a alguns anos por esta solução e penso que era de aproveitar agora o fim do seu mandato e de alguns deste Executivo, deduzo eu, em relação à solução desta rua. Também em relação a uma situação, que penso que também é do conhecimento público, em relação ao Troço que dá ligação à Rua António Pinto Carvalho que está também numa situação complicada. Já aqui foi colocada a questão da falta de iluminação e agora somos confrontados com algum aluimento da parte dos passeios que está a aluir completamente, aquelas vias que estão entre os passeios e os terrenos aluíram e era necessário tomar medidas, para que depois em relação à continuação da obra não fosse investido mais dinheiro do que já foi, porque se não for investido agora nesta época balnear, quando entramos na chuva aquilo torna-se complicado com certeza. E também se não era possível neste troço a colocação de um Stop ao fim do troço, quem entra na avenida, porque quem vem da Zona Industrial, da Rua António Pinto Carvalho tem a prioridade, mas a verdade é que quem vai pela direita, eu sei que há prioridade, mas a Rua António Pinto Carvalho tem muito mais tráfego do que tem aquele troço e a verdade é que a malta chega ali e pára com algum receio e se calhar no troço havia de ter um Stop, ali junto à esquina, para de alguma forma facilitar e não haver ali um problema de perigo. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Eu vou dar algumas explicações, algumas intervenções não vou necessitar de referir-me a elas, é o caso da intervenção do Jorge Melo. Conheço o programa que a Câmara Municipal desenvolveu ao longo deste Ciclo da Primavera. Relativamente à intervenção do António Xará, também não tenho nada a acrescentar, ele falou e falou muito bem relativamente ao Parque de La-Salette. Só queria acrescentar mais uma coisa, e vou focar-me mais na intervenção da Senhora Dra. Helena Terra, é que há algumas coisas que não são tão lineares, que têm outras achegas que eu posso dar e esclarecer bem a Assembleia Municipal. Em relação ao Centro de Saúde, neste momento nós não sabemos porque é que ainda não arrancou. Já tivemos reunião com o Senhor Director da Saúde do Centro e do Norte e estamos à espera de uma resposta, ainda não temos uma resposta, já reunimos várias vezes mas ainda não temos resposta. Relativamente ao Hospital, eu acredito que se venha a construir um Hospital a servir Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca, acredito plenamente. Claro que estas obras têm que ser planificadas, têm que ser negociadas, já se sabe que todos os Presidentes de Câmara querem puxar mais um bocado para ali ou mais para acolá, mas isto faz parte do projecto da saúde do Entre Douro e Vouga, isto de certeza absoluta. Já vieram ver terrenos, por acaso vieram ver terrenos a Oliveira de Azeméis e foram os que reuniram mais consenso para se construir o novo Hospital. Agora, neste momento, é difícil dizer quais as valências que o Hospital vai ter, mas de certeza que vão complementar outras valências, principalmente Santa Maria da Feira, para aliviar um pouco, porque hoje vê-se que o Hospital de Santa Maria da Feira tem grande dificuldade em determinadas especialidades, em que o fluxo de chegada é enorme e que neste momento alguns deles estão a ser desviados para o Hospital de Santo António, no Porto. Portanto, já há um plano, brevemente será publicado, mas isto está praticamente estudado. Em relação ao pavilhão oficina, está no período de nós fazermos a candidatura, ainda não tem a candidatura do QREN, o que tem é um contrato-programa que foi assinado ainda pelo Senhor Dr. Lino Ferreira, no tempo do PSD, de duzentos e cinquenta mil euros, o que para um pavilhão daquele tamanho é uma gota, mas isto é o que está ainda oficial, mas sabemos que o QREN vai-nos participar porque paga obra feita e por isso não temos

medo e o pavilhão continua a andar e continuamos nós a pagar ao empreiteiro, senão ele tinha fugido, continuamos a pagar e sabemos que o QREN vai pagar a importância de acordo com a percentagem que vai ser atribuída a essa obra. Relativamente à candidatura do Parque de La-Salette, o QREN claro que comparticipa com 70%, isso é claríssimo, mas a Câmara Municipal tem que ser o responsável pela candidatura e vai comparticipar 30%, não é 30% de certeza absoluta, não, 70% é do elegível no QREN, mas o custo da obra pode necessitar de muito mais dinheiro da Câmara e já a Câmara não vai investir 30% mas terá que investir 40% ou 45%, é assim que funciona nestas candidaturas. Relativamente à Casa do Mateiro, o negócio foi feito pela Câmara e entendo que foi um bom negócio que fizemos e neste momento estamos a concluir o pagamento, porque nós faseamos o pagamento e penso que foi uma compra estratégica do Município e claro que pode neste momento ser, é, vai ser com certeza uma obra que irá também nascer dele e que irá dar um grande apoio ao Parque de La-Salette. Relativamente aos vinte e cinco anos da cidade e à intervenção do Senhor Óscar Oliveira, eu discordo totalmente, mas perdoo-lhe porque você conhece pouco Oliveira de Azeméis e vem poucas vezes aqui a Oliveira de Azeméis e não pode estar aqui numa Assembleia destas a dizer aos Oliveirenses que vivem tanto a sua terra e que efectivamente conhecem os cantos todos e as obras todas feitas por este Executivo e até pelo Executivo anterior, estes últimos três mandatos, eles conhecem tudo, são dezenas de obras, milhões e milhões de euros. O Senhor não conhece isso, conhece algumas coisas. Eu sou muito cuidadoso e a Câmara Municipal vai fazer uma publicação da nossa obra, não temos vergonha da obra. Vamos fazer uma publicação de toda a obra dos três mandatos, desde que o Ápio Assunção entrou para a Câmara Municipal. Disso pode ter a certeza e os Oliveirenses não vão ter vergonha da obra que nós vamos publicar. Eu continuo a dizer, a Rua Bento Landureza, eu também passo lá muitas vezes, muitas mais vezes que o Senhor e sei problema que ela tem e sei o que é preciso fazer. Temos vontade de a fazer e vamos ver se conseguimos até ao fim do mandato pavimentar, fazer passeios naquela rua, claro que há alguns trabalhos de nivelamento de terras e é uma intervenção com que temos de ter muito cuidado. Quanto à falta de iluminação, já agora deixo um apelo ao Partido Socialista e à Senhora Dra. Deputada, a EDP nunca trabalhou tão mal e nós pagamos, posso-lhe até fornecer uma relação de pedidos de iluminação e pagos já há três ou quatro meses e não há empreiteiros que venham fazer, porque sabem que a EDP não faz, subcontrata. É uma vergonha o que se está a passar. Os troços que falaram está tudo pago, inclusive nós temos que pagar. Nós já lhes mandamos o projecto ou eles vêm ao local quando são pequenas obras ou de pouco vulto, por exemplo uma iluminação de uma rua com trinta postes eles vêm ver, fazem o cálculo e mandam-nos o orçamento, mandam-nos dois orçamentos, um mais caro e outro mais barato e a os técnicos da Câmara Municipal decidem qual é o orçamento que vai e a partir daí eu tenho que pagar. Nem posso reivindicar se eu não pagar. Nós temos uma extensão enorme de iluminação pública por pagar, se puder fazer alguma coisa por isso fico-lhe muito grato e Oliveira de Azeméis também, porque eu tenho a certeza que gosta tanto de Oliveira de Azeméis como eu. Eu dou-vos provas disto. Eu queria dizer que nós iremos continuar a trabalhar até ao último minuto, para honrar quer Oliveira de Azeméis, quer a Câmara Municipal. Não tenho mais nada a acrescentar a estas questões que me foram colocadas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Não fazia conta de vir cá hoje, mas há sempre qualquer coisa que mexe em mim e quando há pouco tempo ouvi as palavras do meu Amigo Óscar chorei para comigo, sobre o Hospital. Chorei porque é uma marca, chorei até porque até há pouco tempo tive uma triste

presença no Hospital de Santa Maria da Feira para acompanhar um neto e pude apreciar como médico não a falta de desvelo dos próprios médicos do Hospital da Vila da Feira, não a falta de interesse, mas o aglomerar de gente que precisa de ser tratada. E de tudo o que possam dizer, como fui profissional de saúde, como estive inclusivamente na Comissão Instaladora do Centro Hospitalar Aveiro/Norte, como ocupei lugares de direcção clínica logo após o 25 de Abril, eu quero dizer que saudade, mas saudade de tudo, mas sobretudo daquilo que nos é peculiar, do humanismo, do sentido como se ama o próximo como a nós mesmos. Que diferença entre uma massificação da saúde e a que era a maneira de tratar os doentes do meu tempo. São tempos que passaram. Mesmo no próprio Hospital havia uma determinada zona de partos, Maria Irene Lino Costa, irmã de um conhecido Comendador do Brasil José Lino Costa. E vieram dinheiros do Brasil quer para o Hospital, quer para o Parque de La-Salette. Aliás, se bem apreciarem as construções, do fim do século XIX e do princípio do século XX, foi a influência dos capitais do Brasil que fizeram crescer não só Oliveira de Azeméis como também todo o seu concelho. Estou-me a recordar, por exemplo, das construções que há dos brasileiros no Pinheiro da Bemposta, em Cesar, em Oliveira de Azeméis e em outros sítios. Somos uma terra com passado, que foi ultrajada na saúde. Com que mágoa. Mas pode acontecer muitas vezes que a história nos faça lembrar o que aconteceu ao burro do inglês, que trabalhava muito mas gastava bastante na alimentação, até que chegou à altura que lhe foram cortando a ração que ele acabou por morrer. A saúde não pode continuar assim, tão espalhada. Até, por exemplo, de certo lugar de Palmaz até à Vila da Feira são mais de trinta e tal quilómetros e são estradas com curvas e contra-curvas. Quando vamos para esses sítios, muitas vezes já vamos por um sítio que já não é do nosso dia-a-dia, que estranhamos e que sentimos. Volto a dizer que fui muito bem recebido no Hospital da Vila da Feira. O Parque também foi esforço dos brasileiros, até mesmo com o filho de Ramalho Ortigão, que se chama Vasco Ortigão; até mesmo, como por exemplo, o Pai do Dr. Salvador Machado, que doou o coreto ao Parque de La-Salette. Tudo tem uma história e o povo de Oliveira de Azeméis, e eu fiz parte desse grupo, arranjou o dinheiro suficiente para que a obra da Estalagem fosse feita. Demorou anos, mas eu tenho que prestar homenagem aos vivos desse tempo, por exemplo, o Senhor António César Guedes, o Senhor Osório, o Dr. Barbosa, o Senhor Armando Lucas, gente que arranjou com que houvesse dinheiro suficiente para que fosse feito um edifício ou uma Estalagem. As espécies que estão lá são raras, muito raras. Quero recordar que, por exemplo, no final da década de 60 o Ministro visitou Oliveira de Azeméis e teve esta expressão “Oliveira de Azeméis é isto tudo?”. Ficou admirado da nossa extensão. Nós vamos ser grandes de outra maneira. Quanto ao Centro de Saúde, vamos empatando, a culpa não é nossa, mas custa-me quase como a espinha que tem constantemente a minha garganta, que se tenha colocado a sede do Agrupamento dos Serviços Sociais, ou a caixa de Providência como queiram chamar, em S. João da Madeira. Será que não há instalações na Câmara Municipal que se faculte ao Centro de Saúde? Acho que há. Senhor Presidente, tenho que chamar agora aqui mais dois pontos à baila. Fizeram-se obras de ligação em Oliveira de Azeméis, ainda não se fez o baptismo em algumas ruas, vai ser feita amanhã e depois “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, mas aquela que sai do Pingo Doce n.º 2, se me permitem a expressão, na Zona Industrial até à Proleite, é uma boa obra mas ineficaz e eu vou explicar porquê, Senhor Presidente. Ainda não é conhecido a rota, porque não está devidamente sinalizado, mas sobretudo porque se houver o trânsito de camiões que venham para a Proleite ou para a extinta Proleite, naturalmente que há estacionamento que precisam de ser regulamentados, ali não pode estacionar ninguém, tem de ser uma via que vá fazer isso. Lá está como aqui disseram e o Senhor Vereador Dr. Tavares aqui disse, as normas do trânsito muitas vezes têm de ser alteradas, é preciso fazer ajustes e aqui é um sítio onde se deve pensar que não pode haver estacionamento, como é imperioso que a obra seja completa, que se faça a ligação

do CARPAN ou da praceta do CARPAN junto à central eléctrica que está em S. Tiago de Riba-Ul. São coisas fundamentais. Custa-nos falar disso, mas também custa porque nos toca na auto-estima. O PLAZA foi um sonho, se calhar foi-se. Não lamento que tenha ido em parte, não lamento, porque em Ovar, ao que parece, um outro não está com muito boa saúde. Mas o que me dói é que na altura se falou de que seria imperativo obrigar a que a construção junto à Praça de Camões fosse feita. É só o que se pede. Por outro lado, nas ligações que se fizerem temos que pensar e repensar o traçado daquilo que vem de trás do cemitério, a linha recta é a mais curta distância em dois pontos, não precisa de andar às curvas para chegar lá abaixo. É de pensar agora que pertencemos ao Porto, que o traçado a atravessar a quinta de alguém, aliás especificamente dos Pais do Paulo Alegria, que têm que ser rectificadas e pensar que as estradas que foram feitas não foram feitas para o estilo moderno. Falei mais do que uma vez aqui de que era necessário que houvesse uma pista para bicicletas, inclusivamente ali na rua que liga as Barrocas à Farrapa e é melhor que se tenha uma pista para bicicletas e que se vá incutindo na população o sentir de que temos de ter uma energia limpa e ecológica do que ter lá se calhar flores que todos os dias, ali como na zona pedonal ou nos jardins, são constantemente adulterados. Senhor Presidente, falei com o coração, oxalá não tenha ficado magoado. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde. No passado dia 17 de Maio do corrente ano, no âmbito das Comemorações do 25.º Aniversário da Elevação de Oliveira de Azeméis a Cidade, decorreu o Desfile das Colectividades, organizado pela FAMOA, que percorreu as ruas da cidade. Este desfile contou com a presença de colectividades, associações e instituições das dezanove freguesias do concelho. Um momento sublime, no qual se sentiu o pulsar do nosso movimento associativo, que muito têm pugnado pelo engrandecimento das freguesias de Oliveira de Azeméis. Esta magnitude do movimento associativo foi essencial no crescimento de Oliveira de Azeméis ao longo destes vinte e cinco anos, assim como foram as nossas empresas, os nossos empresários, todos os trabalhadores bem como o Poder Autárquico. A dimensão do associativismo ficou patente, afirmando-se como forças vivas do concelho no Desfile de Colectividades. No fim-de-semana seguinte às supra-referidas comemorações, ou seja, os pretéritos dias 23 e 24 do citado mês, Oliveira de Azeméis viveu um fim-de-semana ao ritmo de outros tempos apesar da chuva. Mais uma vez o Mercado à Moda Antiga deu vivacidade e colorido ao “coração” urbano da cidade. Mais uma vez o Mercado à Moda Antiga deu vivacidade e colorido ao “coração” urbano de Oliveira de Azeméis. O Mercado à Moda Antiga é já uma tradição na cidade de Oliveira de Azeméis, representando um cartão-de-visita ao nosso concelho. Oliveira de Azeméis, viajou no tempo e recuou até ao final do século XIX e início do século XX com a 13.ª edição do Mercado à Moda Antiga, numa organização conjunta da Secção Cultural do Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos (GRACC) e da Câmara Municipal. O evento permite reviver os usos e costumes dos mencionados séculos, que são recriados, nos dias de hoje, como uma verdadeira partilha de saberes por novos e mais velhos. De ano para ano, este Mercado à moda Antiga tem conquistado espaço no panorama nacional, e já são muitos os forasteiros que se deslocam de outros lugares a Oliveira de Azeméis por esta altura. Pelas ruas existiu não só o reencontro com o passado mas essencialmente a convivência com todos aqueles que decidiram passar um fim-de-semana diferente deslocando-se à nossa cidade para partilharem e enriquecerem a cultura de Oliveira de Azeméis. Por último, quero agradecer em meu nome e em nome da Bancada do PSD às colectividades Oliveirenses por

levarem a cabo este projecto bem como à organização e ao Município pelo brilhantismo e pela dedicação em proporcionar momentos brilhantes não só à população mas aos que tiveram a amabilidade de visitar Oliveira de Azeméis. Bem-haja. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Boa tarde. Sete de Novembro de 2008, palavras do Senhor Presidente do Executivo, cito “marcam o início de uma nova etapa para a cidade”. Era então assinado, com a pompa e a circunstância do costume o acordo com a Parque Expo, entidade que teria por responsabilidade traçar as principais linhas urbanísticas a adoptar na cidade. Neste acordo, comprometia-se a Parque Expo a apresentar em cinco meses o Estudo de Planeamento e Gestão do Território, Arquitectura e Urbanismo, Geografia Humana e Socioeconómica, Investimento e Financiamento Comunitário. Sete de Novembro de 2008. Decorreram já sete meses, mais dois do que o previsto. Não seria muito se isto fosse mais um prenúncio do muito a que nos habituaram. Em largos meses e anos se contam os prazos ou ausência deles em Oliveira de Azeméis. Foi e é assim com o PDM, que há mais de seis anos está em revisão, quando o previsto garantia o Executivo de que seriam três. Foi e é assim com os dezasseis PU’s propostos em 1995, aquando da apresentação do PDM. Nunca passaram disso mesmo, de planos de intenções, de pompa e circunstância, de muita parra e pouca uva. Aliás, do plano proposto pela equipa do Dr. Jorge Carvalho nunca mais se viu fruto, foi e é assim nos Planos das Zonas Industriais e do que se pretende que sejam Zonas Industriais. Anos de descuido e desinteresse que agora se pagam com dificuldade e execução dos projectos e, pior, com dificuldade em captar e manter o tecido económico. Se há coisa que não nego ao PSD, aos seus Executivos e a muitos dos seus fervorosos apoiantes é coerência. E coerência é dizer hoje o que se disse ontem, é dizer que tudo aquilo é sempre para amanhã, mas o que se quer é consequência nas políticas, nos actos, nos investimentos. Essas são óbvias. Em 2003, considerava o Executivo “a Revisão do PDM é um instrumento decisivo e estratégico para o desenvolvimento do Município de Oliveira de Azeméis e para a sua afirmação no contexto regional”. De facto, as políticas em Oliveira de Azeméis são de longo prazo, de muito longo prazo. Aliás, Senhor Presidente, se isto é estar apaixonado por Oliveira de Azeméis, como o Senhor afirmou orgulhoso ainda há uns meses, se isto é estar apaixonado por Oliveira de Azeméis, tenho a dizer-lhe que isto configura um sério caso de “violência doméstica”. O grave, é que não se aprenda com os erros e que agora os mesmos do costume, ao que parece à vista de uns novos horizontes, nos proponham fazer em quatro anos o que não se fez em trinta. Pura irresponsabilidade. Assim, e porque terão resposta pronta como é vosso timbre, queiram Vs. Exas. responder: já está na posse da Câmara Municipal o estudo da Parque Expo? Se sim, porque é que ainda não é do conhecimento da Assembleia Municipal e porque é que não está já em marcha? Se não, como justificam? Estão capazes Vs. Exas. de garantir cumprimentos de prazos ou teremos mais do mesmo? =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. No passado dia 16 de Maio, comemorou-se o 25.º aniversário de elevação de Oliveira de Azeméis a cidade. São vinte e cinco anos que importa recordar. Antes de mais, importa falar daqueles que lutaram para alcançar este título para Oliveira de Azeméis: Casimiro de Almeida, autor da proposta; o Executivo liderado por Bento Manuel Teixeira Lopes, sendo Presidente da Junta António Novo, para além de um conjunto de pessoas que rigorosamente lutaram para este feito. A todos eles estamos gratos. Como gratos estamos a

todos os que nos vinte e cinco anos que se seguiram conseguiram mudar a cidade para melhor. Oliveira de Azeméis é hoje sede de um concelho moderno e em pleno desenvolvimento e cuja dinâmica nos deve orgulhar a todos. O Poder Autárquico que nesta data colocou ao serviço dos Oliveirenses mais um importante equipamento, o Arquivo Municipal. O Arquivo Municipal, não é apenas um espaço de depósito de papel, de livros, objectos, é antes de mais um espaço de cultura que alberga a história da cidade, do concelho, a memória colectiva dos Oliveirenses. Oliveira de Azeméis é uma terra com história, com passado que nos devemos orgulhar, mas também com um futuro que queremos que abra novos horizontes. Para isso, importa lembrar o que foi realizado nestes últimos anos e que certamente orgulha todos os Oliveirenses: Zona Pedonal, Praça da Cidade, Biblioteca Ferreira de Castro, Piscinas, Centro de Formação da União Desportiva Oliveirense, a Escola Superior de Enfermagem, Via do Nordeste, Pavilhão Oficina, Centro Lúdico e muitas obras ficaram aqui por salientar. Neste período, com o Senhor Ápio Assunção à frente dos destinos da Autarquia, a cidade, mas também todo o concelho, transformou-se para muito melhor. Nestes oito anos de liderança Ápio Assunção, apenas nestas infra-estruturas que aqui elenquei foram investidos mais de vinte e cinco milhões de euros, repito, mais de vinte e cinco milhões de euros. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Eu começaria por responder ao Senhor Dr. Vieira Dias, eu queria dizer-lhe e com certeza que esta resposta também vai servir para responder a algumas questões que os outros oradores colocaram, principalmente do Partido Socialista. Nós continuamos a acreditar no Plaza, nós continuamos a acreditar numa outra cidade, por isso estamos a planear e por isso mesmo é que contratamos a Parque Expo. Face ao know-how da Parque Expo, face à experiência da Parque Expo vamos ter com certeza uma cidade moderna, bem visada, uma cidade de futuro. Queria anunciar, até neste momento, de que a partir do dia 17 de Junho, depois vou ver o interesse das pessoas, vão haver discussões sobre determinadas matérias e sobre determinados projectos, que será no auditório da Praça da Cidade, que começa a 17 de Junho “Oliveira de Azeméis na Região”; 24 de Junho “Cidade Competitiva”; 01 de Julho “Mobilidade e Sistema Viário”; 08 de Julho “Identidade da Cidade”; 15 de Julho “Regeneração Urbana”; 22 de Julho “Aprazível Espaços Verdes e Requalificação Ambiental”. São matérias que vão ser apresentadas e também queremos recolher as opiniões dos Municípes, dos responsáveis da Autarquia e também da Assembleia Municipal, sobre estas matérias que são tão importantes. Também se irá discutir a questão do Plaza, onde será discutido também o Hospital e outras matérias que eles têm já preparadas para serem apresentadas aos Oliveirenses. Claro que o timing está praticamente cumprido, porque numa planificação tão vasta como esta é muito difícil encaixar isto num prazo tão certo como alguns deputados pensam que é possível. Há novidades, há coisas que surgem e que depois também quero apreciar o interesse nestas conferências dos Oliveirenses. Relativamente ao associativismo, o que é que nós fizemos e ajudamos e fomos também motores da realização destes eventos, quer das colectividades Oliveirenses, quer da Feira à Moda Antiga. Eu deixo aqui uma nota, que muito me apraz registar o grande trabalho das associações. Também quero dizer que já dei muito contributo a várias associações, não dou para o Couto, mas fiz no Pinheiro da Bemposta, um grande contributo, deixei lá muito tempo e deixei lá muitas coisas. Contribuí, porque há muita gente que fala de associativismo, mas que nunca fez nada pelo associativismo, nem dá um tostão para o associativismo. Isto eu sei, porque eu conheço pessoas a quem eu já tenho batido à porta.

Por isso, eu queria deixar aqui uma palavra de apreço àqueles que amam o associativismo, que servem o associativismo desinteressadamente, mas pela projecção da sua freguesia e pela projecção da nossa cidade. Sobre a intervenção do José Francisco, comungo perfeitamente com aquilo que ele disse, claro que nós quando exercemos um mandato nunca vamos satisfeitos com o que fizemos, queríamos sempre fazer mais. Eu fiz mandatos na Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta desde 1977 até quando saí para a Câmara Municipal, um mandato foi como Presidente da Assembleia de Freguesia, os outros foram como Presidente da Junta de Freguesia e sempre com maiorias absolutas, assim como na Câmara Municipal sempre com maiorias absolutas. Talvez isso incomode muita gente, mas estejam descansados que eu agora vou descansar. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====

===== Um cumprimento a todos os presentes. O principal motivo que me faz subir cá hoje é o facto de, creio que toda a gente se apercebeu, esta ser a penúltima Assembleia Municipal Ordinária, ou seja, será a penúltima Assembleia Municipal salvo se houverem Assembleias Municipais Extraordinárias. E nesse sentido, como é a penúltima oportunidade que tenho para me dirigir ao Executivo neste local, não poderia enjeitar essa oportunidade. Nesse sentido queria dirigir-me ao Senhor Presidente, ao Executivo, para dizer que tenho a convicção que seguramente o Senhor não quererá ir embora sem deixar mais algumas obras feitas. O Senhor não me disse, mas eu tenho essa convicção. Nesse sentido, queria questioná-lo acerca de pelo menos três situações da minha freguesia que é Travanca e uma delas tem a ver com a minha freguesia, mas não tão especificamente. Uma, a Rua do Outeiro, que queria que o Senhor Presidente me dissesse, sabe perfeitamente qual é a situação, se é uma obra que o Senhor ainda vai conseguir concretizar ou pelo menos lançar a obra no local, se vai conseguir concretizá-la antes de ir embora, antes de descansar. A outra, é a rectificação da rotunda em frente aos lacticínios. Tanto na Rua do Outeiro como na rotunda dos Lacticínios, eu sei que já há projectos relativamente à rotunda dos Lacticínios, eu já o tenho há uns meses largos na Junta de Freguesia, quanto à Rua do Outeiro eu não o tenho, mas sei que está pronto. A outra situação que eu queria perguntar aqui, se calhar era mais para o Senhor Prof. Albino era relativamente à Escola do Outeiro, que intervenções estão previstas para estas férias grandes, atendendo ao facto da Escola do Outeiro estar a precisar de grandes melhoramentos. Por último queria perguntar, ao Senhor Presidente, ao Executivo, qual é o ponto da situação relativamente às negociações com a REFER, porque depois daquela reunião com os Presidentes de Junta por onde passa a Linha do Vale do Vouga, em que ficou definido de que iriam haver conversações com a REFER, nomeadamente relativo a uma série de situações, mas nunca à freguesia de Travanca diz mais respeito, a questão das pavimentações. Queria saber qual o ponto de situação referente a esta situação. E, para a penúltima Assembleia Municipal, é tudo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta. =====

===== Cordiais saudações para todos vós. Por solicitação do Agrupamento de Centros de Saúde - Aveiro Norte realizou-se no passado dia 25 de Maio uma reunião com a presença da Câmara Municipal e os Presidentes das Junta de Freguesia do nosso concelho para em conjunto se fazer uma análise ao funcionamento das Unidades de Saúde do nosso concelho e aí ser apresentado um projecto de remodelação da saúde no nosso concelho. E esse projecto passa

pela criação de Unidades de Saúde Familiar e de Unidades de Cuidados na comunidade, conforme a natureza e dimensão das zonas a criar. Trata-se pois de concentrar médicos, enfermeiros e auxiliares em centros de alguma envergadura equipados com bastantes gabinetes médicos e de enfermagem e iriam funcionar no período das 8 as 20 horas. Esta é uma forma de rentabilizar os recursos humanos existentes, privilegiando uma redução no custo do funcionamento das Unidades de Saúde em detrimento do bem-estar das populações. É uma medida economicista e que só vê o lado material das coisas, esquecendo que o centro da humanidade é o Homem. Nesta reunião os responsáveis pela saúde do nosso concelho afirmaram existir problemas no atendimento dos seus utentes. A saúde não está bem e é preciso fazer alguma coisa para a melhorar, foi aquilo que nos disseram. E nós, representantes do povo não poderíamos estar mais de acordo na análise feita à saúde que presta no nosso concelho. Com a implementação das medidas apresentadas, muitas Unidades de Saúde do nosso concelho fechariam as suas portas, com todas as consequências verdadeiramente nefastas e gravosas que daí advinham para as populações. Nós, autarcas, temos a noção que é preciso mudar, mas para melhorar e, senão vejamos: As Juntas de Freguesia fizeram muitas delas um esforço enorme para a construção de instalações nos seus edifícios para aí serem instaladas as Unidades de Saúde; Foi dar as suas gentes melhores condições de vida, através de cuidados de saúde de proximidade; A cada utente era suposto ter um médico de família cujas vantagens eram enormes para uma boa relação entre o médico e o utente, quer no conhecimento dos problemas de saúde, quer mesmo na confiança estabelecida entre ambos prestando-se assim melhores cuidados de saúde e mais bem sucedidos. As Unidades de Saúde usufruem desses espaços públicos graciosamente e algumas delas não pagam sequer água, luz e mesmo funcionários administrativos e auxiliares, já que são suportados pelas Autarquias. Há ainda infelizmente muitos utentes das Unidades de Saúde que ainda hoje não tem médico de família. É grave. É uma realidade. E nós sabemos o quão importante é ter um médico de família que conheça o seu utente, o possa prevenir e curar dos seus males. É muito importante a proximidade das Unidades de Saúde as populações, pois são as pessoas mais idosas aquelas que mais precisam de cuidados de saúde. Há muitos utentes das Unidades de Saúde que aqui se deslocam para uma consulta em cadeira de rodas, em canadianas, algumas com imensas dificuldades de mobilidade e muitas delas sem meios de transporte pessoais e sobrevivem com uma reforma muito baixa que quase só dá para comer e mal e para a compra de alguns medicamentos. É muito importante que cada utente da sua Unidade de Saúde tenha um médico de família e para isso, caso seja necessário as Juntas de Freguesia comprometem-se a arranjar mais salas para aí serem instalados gabinetes médicos e de enfermagem. Nós estamos a colaborar e queremos continuar a colaborar para melhorar a qualidade da saúde no nosso concelho. Companheiros e amigos esta minha intervenção tem um misto de desagrado, de preocupação e de revolta por tudo o que querem fazer na área da saúde no nosso concelho. Não vamos deixar que aquilo que se conseguiu com tanto sacrifício para bem das populações lhe seja retirado por motivos economicistas, de redução de custos ou mesmo por capricho de alguém que quer mudar por mudar. Esta é uma forma das pessoas irem morrendo aos poucos. Nós que representamos legitimamente as populações não aceitamos e manifestamos com veemência a nossa total discordância por esta medida altamente gravosa, que irá seguramente afectar os mais idosos, os mais doentes e os mais necessitados. Quando se quer acabar com este serviço de proximidade deveras importante para as populações, pois a saúde é o bem mais importante que cada um de nós pode ter, devemos estar muito preocupados, devemos estar muito preocupados. Quando se olha para o valor material das coisas em detrimento dos cuidados de saúde, que é o bem mais importante e valioso que cada um de nós pode ter, algo vai mal neste País, algo vai mal neste

País. Senhor Presidente da Câmara, agradecia que nos dissesse qual a posição da Câmara Municipal sobre este delicado assunto. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Nesta Assembleia Municipal, por diversas vezes, em diversas ocasiões, temos discutido questões relacionadas com a Saúde em Oliveira de Azeméis, questões que são transversais a todas as Bancadas aqui representadas. Ainda hoje ouvimos falar aqui por diversas vezes nestes assuntos e agora mesmo o Senhor Nobre, falando do possível encerramento dos Centros de Saúde, um assunto premente que preocupa as populações das freguesias eventualmente afectadas e que ao contrário de uma linha de política de saúde de proximidade podem as populações visadas ficarem sem os cuidados de saúde, situação sempre desfavorável para as franjas de população que está sempre mais vulnerável. Pois bem, este assunto como é sabido não se esgota aqui, infelizmente. Por um lado, há a questão do Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, que continua a marcar espaço, já deveria ter entrado em funcionamento acerca de quatro anos, mas até ao momento, de impasse em impasse, sobretudo por razões ligadas ao empreiteiro e eventual posse administrativa por parte do Governo, o que é certo é que a obra não tem avançado, com graves prejuízos para as populações que deveria estar neste momento a servir. Recentemente, e porque isto também é um assunto que ultrapassa este âmbito da Assembleia Municipal, o Senhor Secretário de Estado Manuel Pizarro em acção de campanha política ligada ao PS local disse que a obra do Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis é para avançar rapidamente, pois o Estado tomou posse litigiosa do edifício no final do mês de Maio. Pois bem, gostaria e gostaríamos todos, Senhor Presidente da Câmara, ser esclarecido se assim é de facto e se a Câmara Municipal tem conhecimento oficial destes dados referidos pelo Senhor Secretário de Estado. Já vão longe os tempos em que tivemos direito a visita ministerial que nos comunicava o fecho da Maternidade, com o compromisso de se manterem as valências do hospital e se realizarem obras de requalificação das urgências numa acção protocolada entre a Autarquia e o Ministério da Saúde. É certo que as obras da Urgência se fizeram, porém tem-se vindo a assistir a um esvaziamento de valências, em que a perda da Pediatria é um dos últimos episódios e que aqui ainda hoje foi evocado pelo meu Colega Óscar Oliveira. Sabe-se que o nosso Hospital está neste momento enquadrado no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, sabe-se também que está prevista a construção de um novo hospital, também este assunto já foi aqui referido. Porém, lembro que na mesma acção de campanha política, foi também referido pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, que no que concerne à construção de um novo hospital o concelho Oliveirense não está em condições de vencer a batalha com outros Municípios, se não apresentar um terreno que sirva regionalmente. E, quanto a este assunto, Senhor Presidente, gostaria de saber se é possível adiantar por parte da Câmara Municipal o ponto da situação, nomeadamente no que diz respeito a esta questão do terreno referido e a eventuais entendimentos com os Municípios vizinhos, falo naturalmente de Vale de Cambra e de Arouca. Relativamente às eleições para o Parlamento Europeu e que recentemente nós todos fomos convidados a participar, não podia deixar de passar esta oportunidade para lembrar que se realizaram muito recentemente as eleições para o Parlamento Europeu e não podia também deixar de salientar pela negativa a alta taxa de abstenção verificada. E também não podia deixar de salientar pela positiva, a vitória clara e inequívoca do Partido Social Democrata em Oliveira de Azeméis, em Aveiro e no País. Regista-se, naturalmente, a derrota também clara do Partido Socialista e de um certo estilo de fazer política. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== O Programa PARES, cuja finalidade é apoiar o alargamento da rede de equipamentos sociais, contemplou cinco freguesias do nosso concelho - Fajões, Ossela, Pinheiro da Bemposta, S. Tiago de Riba-Ul e Pindelo - com seis projectos, sendo que o Centro Social Dra. Leonilda Matos tem dois projectos aprovados. Numa primeira fase, em 2007, foram aprovados quatro projectos e na segunda fase, em 2008, dois projectos. Todos os projectos aprovados são de extrema importância para as freguesias onde estão localizados, mas também para o concelho em geral, pois algumas das Instituições prestam os seus diversos serviços de apoio em várias freguesias. De salientar que estes projectos têm um investimento global que rondam os cinco milhões de euros, dos quais um milhão de euros é assegurado pela Câmara Municipal. O apoio da Câmara Municipal não é só financeiro, mas também logístico, nomeadamente na elaboração das candidaturas. De notar que os apoios logísticos, técnicos e administrativos prestados pela autarquia, dão da maior importância e assumidos com inteira justiça, pois pretendem ajudar as instituições que têm feito um trabalho notável em prol das populações mais desfavorecidas e dos idosos. Dada a conjuntura económico-financeira que atravessamos, estes apoios tornam-se ainda mais relevantes, visto que as instituições que já tinham alguns problemas financeiros, impossibilitando-as de concretizar alguns dos seus sonhos/ projectos, vêem agora esses sonhos tornarem-se realidade. Penso que a opinião e os votos são unânimes, atrevendo-me por isso a expressar em nome de todos os Oliveirenses, o nosso bem-haja a estas Instituições pelo seu empenho e magnífico trabalho em prol da comunidade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. Eu, quando falam do Parque de La-Salette, da maneira como falam, eu fico triste, porque se calhar não devia de estar apaixonado pelo tema e por aquele espaço. Quando Jerónimo Monteiro da Costa há cem anos atrás, a pedido e sobre a influência do Senhor Bento Carqueja, fez este magnífico espaço, ajudou a fazer não fez, ajudou a fazer este magnífico espaço, assim como fez outros espaços magníficos como sejam quase todos os jardins da cidade do Porto (Arca D' Água, Praça da República, Horto das Virtudes e outros mais) é claro que em período de romantismo, em período romântico as coisas têm uma vivência e são construídas de determinada forma. Apesar de eu estar apaixonado, esse romantismo não sobrevive, não pode sobreviver e o Parque de La-Salette não pode depender dessa ideia romântica de um espaço. Assim, chorar um milhão de euros de investimento naquele espaço não é digno, na minha opinião. Muito importante é que aquele espaço não seja apenas um ponto negro na nossa cidade, negro porque está limitado, não negro na nossa história nem na importância na nossa cidade. A Dra. Helena falou da importância de ligarmos o centro da cidade ao Parque de La-Salette, ali o meu Colega Leonel muitas vezes fala disso. Houve um Presidente de Junta que na sua candidatura à Junta de Freguesia disse que queria implementar um corredor verde de ligação do centro da cidade ao Parque de La-Salette e de forma jocosa a Oposição perguntou se eu ia pintar os passeios de verde até lá cima. É pena que os horizontes dos Oliveirenses se fiquem por esse tipo de intervenções. Estes cinco milhões de euros que vão ser investidos no Parque de La-Salette devem ser só o início de uma nova fase do Parque de La-Salette. Eu espero que o Hermínio Loureiro, com os seus novos horizontes, os seus horizontes fiquem também não só lá longe mas também aqui perto e se centrem nas necessidades da nossa

cidade, do nosso concelho também. O Parque de La-Salette não vai sobreviver mais cem anos, se nós Oliveirenses não exigirmos um espaço complementar que a Junta de Freguesia a seu tempo, quando era eu o irresponsável por esse espaço fez o favor de comprar o dobro da sua área do Parque para o fazer crescer. É importante que quem vier consiga fazê-lo crescer e na minha opinião até à zona ribeirinha do Antuã e que sejam gulosos, que queiram mais e que cresçam até aos Moinhos de Ul e que façam alguma coisa de jeito mais pela nossa cidade. Não estou a dizer que o que se tem feito não tem jeito, o que eu estou a dizer é que se não for feito de forma diferente, em particular no que diz respeito aos espaços verdes, e atenção que não são de alcatifa sintética, nem de tinta verde nos passeio dentro da nossa cidade, Oliveira de Azeméis deve ser uma cidade de futuro, mas com respeito pelo passado e também com respeito pelo presente. Não basta uma qualquer empresa chegar aqui e fazer uma proposta “à Lisboeta” e ficarem todos contentes e dizer que sim. Não, temos que estar todos atentos; temos que ser todos participantes e não podemos chorar um milhão, dois milhões, três milhões, dez milhões, o que seja de investimento dentro do nosso concelho, dentro da nossa cidade. Bom trabalho para a Fundação, que a bom tempo não pediu ao Jerónimo Monteiro da Costa que viesse cá fazer o exercício de paisagismo e de jardinagem, pediu ao ICETA, à Equipa de Arquitectos Paisagistas da Universidade do Porto, para que desse agora uma nova proposta, um novo fôlego ao Parque de La-Salette. Acredito que com as premissas e em particular com a importante necessidade de dar espaço ao Parque de La-Salette, nomeadamente para nascente e com o centro de atendimento aos visitantes do Parque vai ser construído de acordo com o plano e de acordo com as instruções e sugestões que foram sendo dadas pela Junta de Freguesia, pelos Oliveirenses. A Fundação terá que dar continuidade a este trabalho, terá que estar atenta a tudo isto e os Oliveirenses não devem de baixar os braços e de apenas utilizar o Parque de La-Salette e a Fundação como um jogo político de intrigas, insinuações, vamos é trabalhar por Oliveira de Azeméis. Vamos esquecer essas tricas e vamos trabalhar por Oliveira de Azeméis. Podem dizer que eu estou passado dos carretos por estar apaixonado por aquilo. Eu sempre estive apaixonado, sempre trabalhei pelo Parque de La-Salette em consciência, dei oito anos a cem por cento. Não fiz muitas asneiras durante esses oito anos. Tenho a certeza que o Jerónimo Monteiro da Costa não me dava muitos “cachaços” pelo trabalho que fiz, mas é evidente que o trabalho é público, os Oliveirenses têm que ser participantes e eu continuo a acreditar que o Parque de La-Salette vai melhorar. Há doze anos atrás, cortamos os eucaliptos e os pinheiros na encosta nascente. Diziam: “o maluco”, só pensa em cortar árvores; passa-se dos carretos, ele não joga bem; ele não sabe o que é que anda a fazer; ele não é técnico; ele não é credenciado, ele não tem capacidade para fazer o que estava a fazer”. Passem por lá agora, vejam os “carvalhitos” que lá estão a crescer; vejam os “castanheiritos” que lá estão a crescer; vejam as outras árvores que a Junta de Freguesia plantou e estão a crescer e vejam as muitas árvores que a Fundação já plantou e estão a crescer. É com esse trabalho que o Parque de La-Salette vai crescer, não é com estas discussões, meias discussões a discutir um milhão de euros por aquele espaço, que acho que merece muito mais. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Eu começava por dar os esclarecimentos ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, ao Nuno, tomei nota dos pedidos, conheço bem estas obras, depois faremos uma reunião para planificar isto, mas com certeza que iremos realizar isto. Relativamente ao Senhor Nobre, à intervenção que ele fez, em relação às unidades de saúde familiares. Eu sinto é que é uma situação muito difícil para os Presidentes de Junta de Freguesia. É verdade aquilo que o

Senhor Nobre acabou de dizer, grande parte das unidades de saúde que existem no nosso concelho foram construídas com o esforço das Juntas de Freguesia, a Câmara também participou em alguns casos, as populações participaram também e agora vão-se ver com uma realidade totalmente difícil de suportar perante a população. Também se fizeram cortejos, fez-se tudo para atingir o objectivo de ter uma unidade de saúde e se oferecer à Segurança Social, para poder funcionar ali um, dois, três quatro médicos. Isto vai ser difícil de pôr em marcha. Por outro lado, também entendo que as deslocações dos médicos e a falta dos mesmos nas unidades de saúde talvez necessitassem de mais uma unidade, mais médicos em cada unidade. E não haverá com certeza médicos suficientes para dividirem pelas nossas freguesias todas. Daí nascer aquele projecto que já apresentaram, ainda não está em vigor, a Senhora Dra. apresentou, de unir algumas freguesias e criar um centro maior, um Centro de Unidade Familiar, mas com um potencial de um número de médicos na ordem dos sete, dez, quinze, tudo dependendo da população. Nós até temos o problema do nosso centro de saúde, o centro de saúde não dá para a nova medida que está a ser traçada ou que já está definida para o centro de saúde da cidade. Nós inclusive já fomos ver alguns locais para ver se é possível, mas não é também possível porque não tem condições. O nosso Centro de Saúde actual não tem condições, nem dimensão, portanto é urgentíssimo que a obra recomece, porque se não vamos ter que deslocar mais uma vez os Oliveirenses para outros locais para terem consultas. O Senhor Secretário de Estado se deu aquelas informações, já devia ter escrito à Câmara Municipal relativamente a esta matéria, porque nós desconhecemos se já tomaram posse administrativa, se não tomaram posse administrativa. Eu estive numa reunião, em que o empreiteiro também esteve presente e ele disse ao Senhor Director que se pagassem os oitocentos e vinte e cinco mil euros que lhe deviam talvez negociasse, porque o Estado também estava a dever ao empreiteiro alguma importância. São coisas que a Câmara não tem responsabilidade nenhuma, nem vamos estar a ligar a estes processos. Iremos acompanhar o processo com as Juntas de Freguesia, iremos acompanhar o processo. Agora onde estamos muito interessados é que efectivamente se resolva de uma vez por todas o Centro de Saúde, porque se não vai acontecer em Oliveira de Azeméis o que aconteceu já com outras coisas, vamos para Santa Maria da Feira ou S. João da Madeira. Penso que não vamos aceitar isso, é tempo demais uma obra estar parada e a deteriorar-se e de certeza que vai aumentar os custos vertiginosamente. Nós somos parceiros na construção do Centro de Saúde, nós também temos uma verba e já pagamos parte dela, temos uma verba para pagar do Centro de Saúde, assim como também os terrenos foram fornecidos pela Câmara Municipal. Há que haver um esforço muito grande do Senhor Secretário de Estado, e faço o apelo aos Senhores Deputados que fazem parte da Assembleia da República que vejam em Lisboa esta situação, porque esta situação vai prejudicar muito as Juntas de Freguesia e prejudicar Oliveira de Azeméis. Relativamente à intervenção do Filipe Carvalho, sobre o Programa PARES e o apoio que a Câmara dá, a Câmara não faz mais do que a obrigação, logicamente que tem o know-how necessário e as instituições não têm, já muito as associações fazem, já muito as associações dão tanto de si que se não fossem os associados a irem para a frente de uma comissão e conseguirem angariar algumas importâncias, algum dinheiro, fazendo leilões, fazendo isto e aquilo, era muito mais difícil para a finalidade do cumprimento do Programa PARES, seria de certeza absoluta uma percentagem muito inferior. E vejo que há pessoas que se dedicam efectivamente a esta questão, porque isto é uma necessidade para o concelho, melhorarmos e aumentarmos estas estruturas que fazem muita falta. Relativamente ainda à saúde, como há bocado disse tenho acompanhado, mas pedia à Dra. se dizia alguma coisa relativamente a esta matéria, que tem acompanhado mais do que eu os técnicos e é a Dra. que está encarregada de tratar o assunto em Oliveira de Azeméis. =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para dar mais explicações à Assembleia Municipal.* =====

===== *Boa tarde. Só acrescentaria que este Governo tem tentado levar a cabo uma profunda reforma na área da saúde e nesse âmbito em 2008 saiu um Decreto-Lei que criava o Agrupamento de Centros de Saúde. Nós, Oliveira de Azeméis, fazíamos parte de um Agrupamento do EDV, constituído por Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Vale de Cambra. Um outro na nossa região é composto por Santa Maria da Feira e Arouca. A sede do Agrupamento do Centro de Saúde a que se refere o nosso Município é aqui em Oliveira de Azeméis. No entanto, como há este impasse na conclusão do novo equipamento do Centro de Saúde e dado que a Directora Executiva do Agrupamento é residente em S. João da Madeira, ficou temporariamente lá a trabalhar, o que não invalida, porque segundo me consta ela está cá todas as segundas-feiras no nosso Município para conhece-lo melhor. E neste sentido o desenho proposto para o nosso Município, uma vez que esse Decreto-Lei dos Agrupamentos, o Agrupamento de Saúde irá funcionar com unidades funcionais de várias tipologia: as Unidades de Saúde Familiares, as Unidades de Serviço à Comunidade e outras, por acaso não tenho aqui a documentação, mas que me recordo, são várias tipologias. O que está a ser premente, segundo o que a Directora Executiva me tem informado é que até ao final de 2009 todos os Municípios deveriam estar já a funcionar pelo menos em Unidades de Saúde Familiar. E neste sentido ela pediu a colaboração da nossa autarquia para reunir com os Presidentes de Junta, fizemos já duas reuniões, a primeira em que ela achou por bem só um agrupamento de freguesias, na segunda reunião nós dissemos “não, isto tem de ser para todos os Presidentes de Junta, porque todos têm de saber o que a Administração Central pretende com esta reforma”. A Câmara tem dado sempre, como o Senhor Presidente disse e muito bem, todo o apoio logístico e a colaboração que a área da saúde nos tem pedido e estamos a tempo, porque aquilo que a Directora Executiva vos transmitiu, estou agora a dirigir-me aos Presidentes de Junta, transmitiu-nos a nós também nessa altura, nós ficamos surpreendidos com o desenho que já havia pré-formatado, que segundo ela diz vinha pôr à consideração de todos. O desenho que realmente está aqui previsto para o nosso Município é a criação de cinco Unidades de saúde Familiares: duas sediadas na cidade, uma ocupará o espaço do Centro de Saúde actual e ainda haverá uma outra que terá que ser instalada num outro edifício, para isso nós também já fizemos algumas visitas, mas que não reúnem as condições necessárias, daí que também a Câmara sugeriu à Senhora Directora que era a altura dela pressionar à ARS Norte para concluir o Centro de Saúde, porque aí o Centro de Saúde já terá condições para albergar as duas Unidades de Saúde Familiares da cidade. Segundo o desenho apresentado, uma outra Unidade de Saúde Familiar coincide com a área de Cucujães, que tem instalações adequadas para isso e depois uma para a zona norte do Município e outra para a zona sul do Município. As Unidades de Saúde actuais que estão nesses dois pólos não reúnem as condições ideais ou as mínimas exigidas para a implementação deste serviço e da reunião que tivemos com a Senhora Directora foi uma reunião inconclusiva, porque de certeza que nós e eu defendo aqui, e a autarquia defende, o serviço de proximidade. O serviço de proximidade é uma conquista do Poder Local e nós temos que o preservar e tentar defender e respeitar, não é agora uma reforma qualquer que se faça no papel, porque a ideia com que eu fiquei é que as freguesias no mapa são todas muito próximas, Palmaz pode-se agregar com Loureiro e Pinheiro da Bemposta, só que quem conhece realmente o nosso Município não é assim tão fácil na questão da rede viária, na questão dos transportes públicos, etc.. Portanto, o que a Câmara defende e podem ter a certeza que defendemos os serviços de proximidade sejam eles quais forem, quer na área da saúde, quer na área da acção social ou na área da educação ou outras áreas, devem ser*

respeitadas. Agora também defendemos serviços de proximidade com qualidade, daí que estamos a aguardar e a acompanhar convenientemente esta questão no sentido de saber o que a própria Administração Regional de Saúde quer e que se definam eles próprios, eles próprios têm que se definir. Que não venham pedir à Autarquia, que não tem competências na área da saúde, para juntarem os médicos ou para juntarem as unidades de saúde. Não, eles conhecem o terreno e penso que nós temos também de ser flexíveis, ouvi-los, tentar dar a nossa resposta, mas também saber respeitar aquilo que nós conquistamos, mas também exigir que seja com qualidade, porque eu também defendo que uma unidade de saúde que funcione só dois dias ou três por semana, ou às vezes sem médico, não está a prestar um serviço de qualidade à população. Portanto, penso que temos que ter aqui bom senso, porque se o caminho são as Unidades de Saúde Familiares, vamos para ele, mas com pés e cabeça e de acordo com as características do nosso Município, que não é um Município como S. João da Madeira, que só tem uma freguesia, que está ali tudo concentrado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Findas as explicações, vamos então continuar. Temos um conjunto significativo de votos, que vou rapidamente descreve-los. Um, chegou à Mesa subscrito pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque Maria Isabel Costa, que se prende com os sucessos desportivos do Grupo Desportivo de S. Roque e do Sporting Clube de Bustelo. Como sabem, o Grupo Desportivo de S. Roque foi Campeão Distrital de Aveiro da II Divisão Distrital em futebol e o Sporting Clube de Bustelo ganhou uma vez mais a Taça da Associação de Futebol do Distrito de Aveiro, que é chamada a Taça de Aveiro. Depois há também um outro que é subscrito pela Bancada do PS, que se prende com um voto de louvor a Leandro Marques, por ser um dos campeões nacionais apurado entre os finalistas das Olimpíadas de Química de 2008, para representar Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Química, que decorrerão em Cambridge, na Inglaterra, de salientar que é Oliveirense e aluno da Escola Soares de Bastos, desta cidade, bem como a toda a comunidade educativa da Escola Soares de Basto que contribuiu para formar este campeão e desejar-lhe, naturalmente, as maiores felicidades para as Olimpíadas Internacionais. Um outro voto de louvor, também apresentado pela Bancada do Partido Socialista, que se prende com um voto de louvor ao Grupo Folclórico de Cidacos e especialmente à Senhora D. Isabel Maria Calejo e aos restantes onze elementos do Grupo, que receberam a Medalha de Ouro no Óscar Mundial de Folclore, galardão atribuído pelo valioso trabalho desenvolvido na preservação e divulgação do nosso valioso património etnográfico. Um outro, também um voto de louvor ao Futsal Clube de Azeméis, que sagrou Campeão da I Divisão Distrital de Aveiro, felicitando todos os que de qualquer forma contribuíram para esta conquista e eu aqui acrescento que eles ontem mesmo ganharam a Taça do Distrito de Aveiro, em Albergaria-a-Velha. Por último, também um outro voto que já foi apresentado pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, mas também ao Bustelo pela conquista da Taça de Futebol de Aveiro da época 2008/2009, felicitando todos os que de qualquer forma contribuíram para mais esta conquista. Eu julgo que eles não têm discussão, não querem, vamos então proceder à votação. =====

===== A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, apresentou a seguinte proposta: “Atendendo aos sucessos desportivos do Grupo Desportivo de S. Roque e do Sporting Clube de Bustelo, venho por este meio propor à Assembleia Municipal, a aprovação de votos de louvor para estas duas colectividades desportivas pelos êxitos alcançados, a saber, título de

Campeão Distrital de Aveiro da II Divisão Distrital de Aveiro em Futebol e a Taça da Associação de Futebol do Distrito de Aveiro". =====

===== Colocado à votação os votos de louvor apresentados ao Grupo Desportivo de S. Roque e do Sporting Clube de Bustelo, foram os mesmo aprovados por unanimidade. =====

===== A Bancada do Partido Socialista, apresentou o seguinte voto de louvor: "A Bancada Parlamentar do PS, nesta Assembleia vem apresentar e requerer que seja submetido a votação o seguinte voto de louvor: - Ao Leandro Marques, por ser um dos campeões nacionais, apurado de entre os finalistas das Olimpíadas de Química de 2008 para representar Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Química que decorrerão em Cambridge na Inglaterra, de salientar que é Oliveirense e aluno na Escola Soares de Basto nesta cidade; - Bem como a toda a comunidade educativa da Escola Soares de Basto que contribuiu para formar este campeão. E, bem assim, desejar-lhe as maiores felicidades para as Olimpíadas Internacionais". =====

===== Colocado à votação o voto de louvor apresentado ao Leandro Marques, por ser um dos campeões nacionais, apurado de entre os finalistas das Olimpíadas de Química de 2008 para representar Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Química, bem como a toda a comunidade educativa da Escola Soares de Basto, foi o mesmo aprovado por unanimidade. ==

===== A Bancada do Partido Socialista, apresentou o seguinte voto de louvor: "A Bancada Parlamentar do PS, nesta Assembleia vem apresentar e requerer que seja submetido a votação o seguinte voto de louvor: Ao Grupo Folclórico de Cidacos e especialmente à Senhora D. Isabel Maria Calejo e os restantes onze elementos do grupo que receberam a medalha de Ouro do Óscar Mundial de Folclore, galardão atribuído pelo valioso trabalho desenvolvido na preservação e divulgação do nosso valioso património etnográfico". =====

===== Colocado à votação o voto de louvor apresentado ao Grupo Folclórico de Cidacos e especialmente à Senhora D. Isabel Maria Calejo e os restantes onze elementos do grupo que receberam a medalha de Ouro do Óscar Mundial de Folclore, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== A Bancada do Partido Socialista, apresentou o seguinte voto de louvor: "A Bancada Parlamentar do PS, nesta Assembleia vem apresentar e requerer que seja submetido a votação o seguinte voto de louvor: Ao FUTSAL Clube de Azeméis que se sagrou Campeão da I Divisão Distrital de Aveiro; felicitando todos os que de uma qualquer forma contribuíram para mais esta conquista". =====

===== Colocado à votação o voto de louvor apresentado ao FUTSAL Clube de Azeméis que se sagrou Campeão da I Divisão Distrital de Aveiro e pela conquista da Taça do Distrito de Aveiro, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== A Bancada do Partido Socialista, apresentou o seguinte voto de louvor: "A Bancada Parlamentar do PS, nesta Assembleia vem apresentar e requerer que seja submetido a votação o seguinte voto de louvor: Ao Bustelo pela conquista da Taça de Futebol de Aveiro da época 2008/2009; felicitando todos os que de uma qualquer forma contribuíram para mais esta conquista". =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor apresentado ao Sporting Clube de Bustelo pela conquista da Taça de Futebol de Aveiro da época 2008/2009, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*=====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.*=====

=====**PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)**=====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:*=====

===== *Vamos iniciar o “Período da Ordem do Dia”. Chegou à Mesa da Assembleia, julgo que não oferece muita discussão, mas naturalmente que tem que ser aprovado e tem que ser aceite por todos, que é a inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, que tem a ver com o fornecimento de refeições para aos alunos do 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Oliveira de Azeméis. Pergunto se há algum obstáculo da Assembleia Municipal que isto seja discutido. Não sei se a Câmara Municipal quer dar alguma explicação relativamente à necessidade do agendamento por dois terços desta proposta.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos.*=====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins.*=====

===== *A urgência toda a gente percebe, temos de preparar imediatamente o ano escolar seguinte. Isto é a componente de apoio à família e, portanto, temos algumas implicações neste regulamento. Este regulamento altera o anterior que tinha uma tabela de preços e as famílias, sobretudo nesta altura em que estamos de alguma crise financeira, de dificuldades económicas, reclamam preços mais acessíveis. Nós já tínhamos escalões conforme as condições económicas de cada família, mas mesmo assim cedemos à situação económica das famílias e propomos o abaixamento desses valores. Para ir ao encontro disto e para ter isto operacional, que isto é a discussão pública e depois é que haverá a aprovação final, de ter isto pronto em Setembro a tempo do início do arranque escolar, por isso é que propúnhamos que fosse aprovado agora.*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:*=====

===== *Senhor Vice-presidente, eu ia fazer a seguinte sugestão: eu ia pedir ao Senhor Segundo Secretário que distribuísse o documento aos Membros da Assembleia Municipal, se estivessem de acordo, atendendo à premência do assunto e ficaria no ponto vinte e um. As Bancadas vão tendo, sem prejudicar os outros pontos, tempo de irem analisando e depois nessa altura se estivermos em condições discutiremos o assunto. Estão de acordo? Muito bem.*==

===== **Ponto vinte e um:** *Fornecimento de refeições para os alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho para o ano lectivo de 2009/2010 – Repartição de encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.* =====

===== *A situação financeira geral do Município reflecte a manutenção da tendência de reequilíbrio económico por via da aprovação e utilização do empréstimo da consolidação dos passivos financeiros a terceiros. No entanto, a situação encontra-se ainda condicionada pelas restrições decorrentes da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei do Orçamento de Estado para 2009 e pela actual Lei das Finanças Locais, o que neste quadro legal implicará a redução de pelo menos 10% do montante que excede o limite do endividamento líquido total da Autarquia. Por outro lado, a actual crise económica e financeira, os fortes estrangulamentos orçamentais e o plano de saneamento aprovado, levou-nos à definição de novos objectivos e medidas para 2009 em conformidade com o mesmo. Contudo, as dificuldades de contexto exigirão por um lado maior exigência e rigor na sua execução; e por outro maiores dificuldades no cumprimento dos objectivos de gestão traçados para 2009. Para o efeito, poderá visualizar-se nos documentos anexos a evolução dos níveis de execução do Orçamento na componente da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, bem como a situação sintética até ao momento baseada em dados e registos lançados na contabilidade geral e de custo de acordo com o POCAL.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Eu gostava só de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta que esta análise da actividade e situação financeira do Município, nós temos agora nestes documentos e já temos tido ao longo dos últimos anos, a situação das dívidas da Câmara a fornecedores. Não aparece aqui agora a liderar. Nós sabemos que é o valor de todos os empréstimos que foram contraídos no passado, mas há um expediente que tem sido dado cada vez mais pelo Município e que não está traduzida nesta informação financeira e que tem a ver com a assunção de encargos para anos posteriores. Já tivemos isso em Assembleias Municipais anteriores, temos uma série de compromissos da Câmara em que apenas faz repercutir no Orçamento de 2009 determinado montante, mas faz deslizar no tempo, aquilo que a Dra. Manuel Ferreira Leite quer tanto proibir, mas era bom que soubéssemos, não sei se o Senhor Presidente da Câmara tem noção do valor destes compromissos que já assumiu, que terão que ser assumidos pela Câmara Municipal num próximo mandato, mas que foram assumidos por*

este Executivo. Não sei se é possível fazer incluir nestes documentos esta relação, que na prática já é dívida da Câmara Municipal, não traduzidas nas contas, mas já é dívida. Estou a falar por exemplo nos Programas PARES que a Câmara já se comprometeu a pagar, vamos agora ter obras e protocolos com Juntas de Freguesia e que são assinados este ano mas para pagar em 2010 e 2011. Portanto, era importante que todos os Membros da Assembleia Municipal soubessem o valor destes compromissos que estão assumidos pela Autarquia, mesmo que sejam para anos posteriores e se o Senhor Presidente da Câmara tiver alguma noção deste valor e nos puder elucidar agora tanto melhor, mas que pelo menos ficasse o compromisso da Câmara para que na próxima Assembleia Municipal, se possível até antes, fornecesse a todas as Bancadas estes elementos que são muitíssimo importantes para quem está nos Órgãos Autárquicos. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto. =====

===== Neste documento logicamente que nós não fazemos a apresentação disso, mas vamos fazer chegar essa informação a todos os Grupos Parlamentares. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.

*===== **Ponto dois:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Madail, para execução de obras de construção de muros de suporte na Rua Joaquim Bastos e Rua do Lagoeiro – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Madail e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O presente protocolo segue os princípios de cooperação e descentralização de poderes que o Município vem adoptando com as Juntas de Freguesia e tem como objecto a execução de obras de construção de muros de suporte na Rua Joaquim Bastos e Rua do Lagoeiro. Para tal, atribui à Junta de Freguesia de Madail, a verba de € 11.900,00 (onze mil e novecentos euros) para fazer face às despesas ocorridas com esta delegação de competências. Propõe-se a sua aprovação. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Senhora Dra. Helena Terra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Eu vou usar da palavra por questões de economia de tempo e porque o objecto do ponto de vista daquilo que é a opção política em causa, nos pontos da ordem de trabalhos de dois a oito é o mesmo, eu vou com uma intervenção só e, portanto, aquilo que eu vou dizer não tem a ver com o protocolo específico em causa, não tem a ver com a Junta de Freguesia em causa. Tem a ver com aquilo que é o princípio, ou no meu entender a falta dele, constante desta opção política que é a celebração de protocolos casuísticos e que somos hoje chamados a apreciar no ponto dois a oito da presente ordem de trabalhos. Aquando o início deste mandato, nós, eu quando digo nós digo a Bancada que represento, fizemos algumas críticas a propósito da opção de política orçamental da Câmara Municipal que se traduziu num corte de transferência de verbas para os orçamentos de todas e cada uma das dezanove Juntas de Freguesia do nosso concelho, no valor de 42,5% se a memória me não atraiçoa. Então, explicamos o porquê da nossa oposição a esta opção de política orçamental. Nós acreditamos, ou melhor, nós temos um enorme respeito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, e quando digo pelos Presidentes das Juntas de Freguesia é pelos Presidentes das Juntas de Freguesia em geral e em particular pelos dezanove Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis. Por várias ordens de motivos, primeiro porque são eles que estão mais próximos dos seus fregueses e, portanto, de todos e cada um de nós; em segundo lugar, porque são eles, passo o termo, o primeiro escudo protector, ou não, do primeiro embate com os seus fregueses. São eles o primeiro objecto e muro de lamentações quantas vezes dos seus fregueses, são eles que com maior frequência que o Senhor Presidente da Câmara, que acredito que alguma frequência também seja e os Senhores Vereadores, são, passe o termo, incomodados sem dia nem hora marcada, em casa, em sábados, domingos e feriados, especialmente nos dias de festa porque é mais fácil apanhá-los em casa. Em qualquer sítio são abordados na via pública como, desculpem-me o termo, como se de uma “senhora da má vida se tratassem”. Portanto, quanto mais não seja só por aí devem merecer o respeito de todos nós, mas sobretudo eles e quando ao longo destes últimos quatro anos, e repito os dezanove Presidentes de Junta do nosso concelho, têm tentado fazer “omoletes sem ovos”, ou “morcelas sem sangue”. O que é que acontece? Este corte de 42,5%, naquele que já era um magro orçamento de todas e cada uma das Juntas de Freguesia na respectiva proporção e todas e cada uma na sua singularidade tinham para gerir, já lhes permitia fazer pouco, já lhes permitia muito mais serem, desculpem-me o termo, é com respeito que o vou usar, “muito mais o correio de transmissão entre aquilo que são as preocupações e os anseios dos seus fregueses para a Câmara Municipal” e daí levavam normalmente grandes promessas que nem sempre se vieram a concretizar, pelo menos a maioria delas. Nós achamos que as competências próprias de uma Junta de Freguesia são muito mais do que aquelas que os nossos Presidentes de Junta de Freguesia têm conseguido exercer, porque não é conhecido a nenhum deles dotes de milagreiro. Depois esta opção política tem levado à chamada a política casuística, ou seja, em cada caso logo se vê. Cada caso é um caso e convenhamos que há casos que são mais casos do que outros. Isto tem levado a disparidades que do nosso ponto de vista não só não são justificadas, porque não são justificáveis e por isso mesmo não devem ser admissíveis. Nós estamos hoje a analisar oito protocolos com oito Juntas de Freguesia diferentes. Todas as Juntas de Freguesia merecem fazer estas obras e mereciam com certeza muitíssimo mais. Há uma enorme disparidade porque com certeza as obras são diferentes. Na última Assembleia Municipal referi-me a este mesmo propósito relativamente a uma das Juntas de Freguesia. Hoje faço relativamente às dezanove porque volta a estar em causa o princípio básico que foi estabelecido no início deste

mandato, contra o qual nós nos pronunciamos, salientando na altura e reforçando agora em traços o porquê, continuamo-nos a manter contra esta opção, porque esta opção casuística é facilitadora da discricionariedade e a discricionariedade é facilitadora da violação do princípio da igualdade e, portanto, quando é isto que está em causa é evidente que esta não é, não foi, não será a partir de Outubro a opção política do Governo do Município do Partido Socialista e, portanto, é isto que nós queremos desde já deixar muito claro e a este propósito eu permito-me só salientar alguns exemplos. É claro que, por exemplo, no ponto seis para a Junta de Freguesia em causa estão eleitas quatro obras, motivo seria para dizer “ena, tanto”, mas o motivo é para se dizer “ena, tanto, por tão pouco”, € 23.550,00 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta euros) para quatro obras numa Junta de Freguesia que do ponto de vista territorial não é a maior, não é das maiores, mas é daquela que se insere no conjunto de média dimensão, que é Fajões. Senhor Presidente da Câmara, hoje como ontem, dizemos o seguinte: ter dezanove Presidentes de Junta que gerem tão só um orçamento que lhes permite pagar despesas correntes e de funcionamento, é ter muito pouco respeito por aqueles que mais directamente são escolhidos para governar cada uma das suas freguesias. E tanto mais quanto isto, depois por via indirecta acaba por transformar o Presidente de um Município de média dimensão, porque de grande dimensão só há três no nosso País. Um dos grandes Municípios de média dimensão, a maior parte das vezes a maior parte das vezes nada mais do que um Presidente de dezanove Juntas de Freguesia. Temos vindo a dizê-lo repetidamente, esta é mais uma oportunidade para o fazer, não é esta a visão que nós temos das Juntas de Freguesia e teremos oportunidade de o demonstrar. Não queríamos, contudo, deixar uma vez mais de deixar passar a oportunidade de manifestar o nosso veemente protesto pela forma como têm sido tratados como meros gestores e pagantes de despesa e conta corrente os dezanove Presidentes das nossas dezanove Juntas de Freguesia. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu queria acrescentar aqui uma questão, porque penso que a Senhora Dra. Helena Terra esteve a falar sobre os protocolos que a Câmara faz com as Juntas de Freguesia, é a transferência de verba. Devia era de se preocupar mais na Assembleia da República, em criar melhores condições para as Juntas de Freguesia. Aí é que devia lutar, aí é que os Governos deviam atender a esta questão, porque a Câmara não tinha nada que fazer estes protocolos, o Governo mandava transferências suficientes para fazerem as obras e atribuíam-lhes competências. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Senhor Presidente, esta o Senhor desculpar-me-á, mas foi a perda de uma excelente oportunidade para não ter dito coisa nenhuma. Sabe porquê? Porque a transferência de verbas nesta matéria para as Juntas de Freguesia como V. Exa. sabe, e mais V. Exa. sabe nas duas qualidades, porque nenhum de nós se esqueceu que V. Exa. foi, salvo erro, durante dezasseis anos consecutivo Presidente de uma das Juntas de Freguesia do nosso concelho. Com certeza absoluta que nesses dezasseis anos nenhum dos então Presidentes de Câmara deste concelho tratou os outros como V. Exa. na qualidade de Presidente desta Câmara tratou cada um dos dezanove. E quero dizer-lhe mais, já nessa altura havia Governo da Nação e já nessa altura a transferência directa de verba para investimento nesta matéria era da competência das

Câmaras Municipais. E, portanto, Senhor Presidente, a cada um o que é seu e o seu a seu dono. Quando cada um de nós cumpre aquilo que lhe compete não faz mais do que a nossa obrigação. E quando eu lhe digo que V. Exa. desta vez perdeu uma excelente oportunidade de não ter dito coisa nenhuma, tem precisamente a ver com o facto, se o V. Exa. não tiver os nomes consigo eu terei todo o prazer em lhe fornecer, para lhe dizer que no que toca a investimento público, nunca no concelho de Oliveira de Azeméis investimento público estatal aconteceu tanto na história da nossa democracia como das ocasiões em que coincidência ou não, eu permitir-me-ia dizer se calhar não, foi Governo da Nação, foi um Governo sustentado pelo Partido Socialista com ou sem maiorias como o Senhor. Tenho imensa pena de ter que lhe relembrar isto. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu só queria dizer que a Senhora julga que eu estou aqui há dois anos ou há dois dias. É graças aos Quadros Comunitários, graças ao QREN. Não é o Governo que nos está a financiar, é o QREN que nos está a financiar. É o dinheiro da Comunidade Europeia e mesmo assim nesta altura vocês deviam de ver bem e meditar bem. Não é isso que eu quero dizer, é ver qual é a taxa de execução do QREN hoje, que é uma vergonha autêntica. E aquilo que eu disse e digo e fui Presidente de Junta também, digo que nessa altura nós éramos mais apoiados do que hoje somos pelo Governo. As Câmaras faziam as obras. Neste momento as Juntas de Freguesia têm capacidade para gerir as obras e por isso nós temos que aproveitar a força das Juntas de Freguesia para realizar as obras. E tenho dito. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Madail, para execução de obras de construção de muros de suporte na Rua Joaquim Bastos e Rua do Lagoeiro. =====

*===== **Ponto três:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Cucujães, para execução da Rua do Centro de Saúde até à Rua do Atlético Clube de Cucujães – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Cucujães e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Seguindo a linha do anterior protocolo, são delegadas na Junta de Freguesia de Cucujães, as competências para execução da Rua do Centro de Saúde até à Rua do Atlético Clube de Cucujães. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Cucujães, para execução da Rua do Centro de Saúde até à Rua do Atlético Clube de Cucujães. =====

===== **Ponto quatro:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução da obra de construção de redes de água residuais na Rua Alípio Brandão e Beco da Fonte do Juiz – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5- A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Através do presente protocolo são delegadas na Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, as competências para execução de obras de construção de redes de águas residuais na Rua Alípio Brandão e Beco da Fonte do Juiz, atribuindo-se para o efeito o valor de €12.094,50 (doze mil e noventa e quatro euros e cinquenta cêntimos). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução da obra de construção de redes de água residuais na Rua Alípio Brandão e Beco da Fonte do Juiz. =====

===== **Ponto cinco:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Pinheiro da Bemposta, para execução de obras de beneficiação e pavimentação da Rua dos Moinhos – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas

de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Pinheiro da Bemposta e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5- A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este é um bocado maior, porque é para a minha freguesia. Delega-se na Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta, as competências para execução de obras de beneficiação e pavimentação da Rua dos Moinhos, atribuindo-se para o efeito o valor de 22.400,00 € (vinte e dois mil e quatrocentos euros). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Pinheiro da Bemposta, para execução de obras de beneficiação e pavimentação da Rua dos Moinhos. =====

*===== **Ponto seis:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Fajões, para execução das seguintes obras: beneficiação e pavimentação do caminho que liga Retorta a Pisões; alcatroamento da EM desde a Escola Básica do 1.º ciclo de Casalmarinho ao limite sul do lugar de Paços confinante com Azagães; beneficiação e alcatroamento do caminho do Calvário, imediações da Igreja Paroquial de Fajões; alcatroamento da estrada do lugar de S. Mamede (Fajões) a Monte Calvo (Romariz) – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Fajões e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5- A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Delega-se na Junta de Freguesia de Fajões, as competências necessárias para execução de obras de beneficiação e pavimentação em diversas ruas da freguesia, atribuindo-se para o efeito o valor de €23.550,00 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta euros).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Fajões, para execução das seguintes obras: beneficiação e pavimentação do caminho que liga Retorta a Pisões; alcatroamento da EM desde a Escola Básica do 1.º ciclo de Casalmarinho ao limite sul do lugar de Paços confinante com Azagães; beneficiação e alcatroamento do caminho do Calvário, imediações da Igreja Paroquial de Fajões; alcatroamento da estrada do lugar de S. Mamede (Fajões) a Monte Calvo (Romariz).* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução das obras de beneficiação da Rua João Pinho Costa e Rua do Cercal e arranjo do Alto das Cruzes ou calvário – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5- A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Dando continuidade aos procedimentos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, o presente protocolo delega na Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul as competências de execução de obras de beneficiação da Rua João Pinho Costa e Rua do Cercal e arranjo do Alto das Cruzes ou Calvário, atribuindo como contrapartida o valor total de €17.000,00 (dezassete mil euros) para o efeito.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia S. Tiago de Riba-Ul, para execução das obras de beneficiação da Rua João Pinho Costa e Rua do Cercal e arranjo do Alto das Cruzes ou calvário.* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução das obras de construção do Edifício Multifunções e beneficiação do Parque Infantil – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Compete aos órgãos administrativos prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos; - A descentralização administrativa assegura e prossegue com maior racionalidade, eficácia e eficiência os interesses dos cidadãos; - As Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão e realização de investimentos em vários domínios, para fins públicos; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Santiago de Riba-Ul e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Pretendendo a Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul proceder à construção de um edifício multifunções, bem como beneficiar o parque infantil situado no Parque do Sr. da Campa, a Câmara Municipal propõe a atribuição de uma comparticipação financeira para estas obras no valor de €9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta euros).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para execução das obras de construção do Edifício Multifunções e beneficiação do Parque Infantil.* =====

===== **Ponto nove:** *Contrato-programa a celebrar com o Sporting Clube de Bustelo – Cooperação financeira no âmbito específico de apoio destinado à execução de arrelvamento sintético do campo de futebol – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a promoção e o apoio ao Desporto, consubstanciado na criação de condições da prática desportiva, é uma das competências e obrigações das Autarquias Locais, na prossecução de interesses específicos das populações; - As autarquias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva; - Que as associações desportivas desempenham uma função social importante, sendo de realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente das camadas mais jovens; - As atribuições de que dispõem os municípios, consagradas na Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, e a competência conferida pela alínea a) nº 4 do art.º 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - O disposto designadamente no art.º 8º da Lei 5/2002, de 16 de Janeiro (Lei de Bases do Desporto); - Que, nos termos do art.º 46º, n.º3 do Decreto - Lei n.º432/91, de 6 de Novembro, os apoios ou comparticipações deverão ser tituladas por contrato*

- programa de desenvolvimento desportivo, propõe-se: - A aprovação da minuta de Contrato - Programa, a celebrar com o “Sporting Clube de Bustelo”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem por objecto apoio destinado à execução de arrelvamento sintético do campo de futebol, no valor de €155.000,00, ao abrigo da alínea a) n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53.º do diploma atrás referido”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Considerando que as instituições e organizações do nosso município, para além das suas próprias actividades fomentam junto das populações, especialmente junto das camadas jovens, a prática de actividades desportivas, designadamente disponibilizando as suas instalações e recursos humanos; Considerando que a construção de equipamentos desportivos sendo importante para actividades da comunidade, dados os custos que envolve carecem cada vez mais de apoio financeiro; Através do presente contrato-programa, o Município atribui um apoio de €155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil euros) ao Sporting Clube de Bustelo para a execução do arrelvamento sintético do campo de futebol. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato-programa com o Sporting Clube de Bustelo – Cooperação financeira no âmbito específico de apoio destinado à execução de arrelvamento sintético do campo de futebol. =====

===== **Ponto dez:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Musical Macinhatense, tendo em vista a instalação de um PIC – Pólo de Inovação e Cultura, em Macinhata da Seixa – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de promoção do desenvolvimento, cultura, ciência e ambiente consignadas designadamente, no artigo 13.º, 20 e 28 da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - O projecto inovador e vanguardista apresentado pelo Grupo Musical Macinhatense, de criação de um PIC - Pólo de inovação e Cultura, a instalar no equipamento cultural composto pela “Casa do Pininho” e em dois prédios com este confinantes, situados em Macinhata da Seixa, propõe-se: - Ao abrigo da alínea m) do n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Grupo Musical Macinhatense, tendo em vista a instalação de um PIC - Pólo de inovação e Cultura, em Macinhata da Seixa. - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art. 53.º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Tendo em conta o projecto inovador e vanguardista apresentado pelo Grupo Musical Macinhatense para criação de um pólo de inovação e cultura que funcionará,

designadamente, como um espaço de integração de recursos, funções e actividades, desempenhando um papel fundamental, no quadro do desenvolvimento equilibrado da região; como um instrumento de gestão de programas culturais que permitam potenciar a evolução de uma região, bem como fomentar os desafios específicos da inovação; como centro divulgador da cultura e etnografia da região envolvente, entre outras funções; E considerando as atribuições do Município em matéria de promoção do desenvolvimento, cultura, ciência e ambiente; Através do presente protocolo são estabelecidos os termos e condições da colaboração institucional entre o Município e o Grupo Musical Macinhatense com vista à instalação do PIC em Macinhata da Seixa. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Grupo Musical Macinhatense, tendo em vista a instalação de um PIC – Pólo de Inovação e Cultura, em Macinhata da Seixa. =====

*===== **Ponto onze:** Protocolo com Águas do Douro e Paiva, SA, para realização das obras de remodelação do Reservatório de Carregosa necessárias à recepção do fornecimento de água - Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados ao abrigo do mesmo (designadamente pagamentos). =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 10 de Março de 2009, foi celebrado Protocolo entre o Município de Oliveira de Azeméis e “Águas do Douro e Paiva, SA” com o objecto de realização por aquela entidade, das obras de Remodelação do Reservatório de Carregosa necessárias à recepção do fornecimento de água, propõe-se: A ratificação do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, com efeitos à data em que foi assinado, nos termos e condições nele constantes, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, bem como convalidação de todos os actos entretanto praticados ao abrigo do mesmo (designadamente pagamentos); Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O presente protocolo visa a resolução do problema de abastecimento de água na freguesia de Carregosa (actualmente abastecida por captações (furos), insuficientes para assegurar os consumos actuais) através da construção de uma adutora que irá ligar ao reservatório de Carregosa, sendo para o efeito, necessário proceder à remodelação do referido reservatório para que tenha as condições necessárias ao bom abastecimento da população. Tendo em conta que as Águas do Douro e Paiva se propõem executar a adutora e dado que a realização conjunta e simultânea dos trabalhos (construção da adutora e remodelação do reservatório) permitirá obter uma melhor qualidade técnica da obra, menos incómodos para a população, melhor coordenação técnica e conjugação de todos os trabalhos, estabelece-se o presente protocolo com a empresa Águas do Douro e Paiva, para execução da remodelação do referido reservatório. =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Senhora Dra. Ana de Jesus.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana de Jesus, do PS.* =====

===== *Boa tarde a todos. Senhor Presidente, Carregosa está com pouca água e com água de pouca qualidade. Venho aqui neste ponto para dizer o que já dissemos muitas vezes, mas enquanto as coisas não se alterarem, teremos de dizer repetidamente até o conseguir. Carregosa está com pouca água e com pouca qualidade, mas não é só Carregosa, é Carregosa e muitas outras freguesias. O Senhor Presidente sabe que está a decorrer o registo dos poços imposto por Lei, junto com esse registo tem de ir uma análise à água do poço em causa e eu tenho na minha profissão acompanhado muitos clientes nesta parte burocrática e posso-lhe dizer que dos muitos que eu acompanhei, mais de 80% tem água imprópria para consumo. É um problema estrutural do nosso concelho, é a água e o saneamento. Eu sei, Senhor Presidente, que estas obras são muito pouco apelativas para os políticos, elas andam debaixo da terra, não as conseguimos inaugurar com festa, com foguetes, mas com este adiar da situação algumas coisas nós já conseguimos. Já conseguimos contaminar os nossos lençóis freáticos todos, já conseguimos contaminar os nossos riachos e rios, já atiramos para o futuro a feitura desta obra que vai custar muito caro e que se irá reflectir com certeza na nossa factura de final do mês e conseguimos que com cada dia que passa colocar a saúde dos Oliveirenses em questão e dar a este nível qualidades de vida que estão muito perto dos países subdesenvolvidos. Senhor Presidente, o seu mandato está a terminar, o nosso também, sei que se auto-titula o Autarca da obra, até as vai pelos vistos a publicar, sei que o termina com satisfação e eu não. Termino preocupada porque mais quatro anos passaram e nós temos que continuar a assinar estes protocolos que têm subjacente problemas sociais graves e problemas de saúde pública. Enquanto estes protocolos vierem a esta Assembleia eu não termino o meu mandato satisfeita nem contente, pelo contrário.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu não tenho nada a dizer. O protocolo está definido, está negociado com as “Águas do Douro e Paiva”, é mais uma obra que se vai executar no sentido de resolver o problema da qualidade da água, por isso não tenho mais nada a acrescentar à Senhora Dra.*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o protocolo com Águas do Douro e Paiva, SA, para realização das obras de remodelação do Reservatório de Carregosa necessárias à recepção do fornecimento de água, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados ao abrigo do mesmo (designadamente pagamentos).* =====

===== **Ponto doze:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2009 – Aprovação.* =====

===== *Presente a 1ª Revisão ao Orçamento de 2009, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 nº 2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de*

Investimentos de 2008, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa. =====

===== Muito boa tarde a todos. Este ponto de facto não tem muita informação a dar, a informação é clara como é habitual na Assembleia Municipal que ocorre em Junho, é feita a integração daquilo que foi saldo de gerência aprovado em Abril. Portanto, é disso que se trata com este ponto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto treze:** Regra de cálculo das taxas devidas pela emissão de licenças para recintos itinerantes/ improvisados e emissão/ renovação de mapas de horário e alargamento de horários de funcionamento – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) O regime geral das taxas das autarquias locais foi aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e visa regulamentar, por um lado, a criação de taxas por parte dos municípios e das freguesias, consagrando as grandes áreas de actividade no âmbito das quais as taxas podem ser criadas e cobradas, os princípios a que se encontram submetidas, o procedimento de aprovação e o regime de cobrança e por outro lado a aplicação desse mesmo regime às taxas actualmente existentes. 2) Este novo regime delimita com rigor a figura da taxa e clarifica que a sua exigência só pode resultar como contrapartida de prestações efectivas por parte das autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, exigindo-se nos regulamentos que criam taxas – ou aquando da alteração do seu quantum – que estes contenham uma pormenorizada justificação dos serviços a prestar, dos bens cuja utilização é concedida aos particulares ou dos factos para os quais são necessárias alterações, bem como justificação económico-financeira dos quantitativos a cobrar. Esta última exigência é um elemento determinante para o rigoroso controlo da natureza do tributo como taxa; 3) Em obediência ao estabelecido nos art. 4.º, 5.º e 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, foi elaborado um relatório, que é parte integrante do projecto de regulamento e tabela de taxas, onde constam as fórmulas de cálculo que justificam a fundamentação económico-financeira do valor das taxas propostas, aprovado em reunião extraordinária de Câmara de 30/09/08, e submetida a discussão pública e audiência dos interessados; 4) Na proposta de orçamento de Estado se prevê uma prorrogação do prazo para aplicação do regime estabelecido na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, até 31 de Dezembro do próximo ano; 5) Não obstante, a fórmula de cálculo actual da taxa de emissão de licença de recintos itinerantes/improvisados, não é a mais justa para os requerentes que, em virtude do número de dias programados de algumas festividades, pretendem permanecer no recinto

durante um longo período, propõe-se: 1) A aprovação da regra de cálculo da taxa de emissão de licença de recintos itinerantes, passando a ser cobrada a taxa de licenciamento com permanência até 10 dias, no valor de € 47,37 (quarenta e sete euros e trinta e sete cêntimos); 2) A aprovação da regra de cálculo: a) da taxa de emissão/renovação/alteração de mapa de horário passando a ser cobrado € 23,08 (vinte e três euros e oito cêntimos); b) da taxa de alargamento: i) trienal passando a ser cobrado € 84,45 (oitenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) e por dia passando a ser cobrado de € 31,67 (trinta e um euros e sessenta e sete cêntimos); ii) da taxa de emissão de 2.º via do mapa de horário passando a ser cobrado € 12,54 (doze euros e cinquenta e quatro cêntimos); 3) Que se considerem feitos por 3 anos, todos os alargamentos atribuídos por 1 ano, garantindo-se dessa forma a coincidência do prazo de alargamento com a validade do mapa de horário; 4) A remessa da presente proposta nos termos da lei, para aprovação em Assembleia Municipal; 5) Após decorridos esses trâmites legais, a remessa da mesma para publicação no boletim municipal”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra à Senhora Vereadora Gracinda Leal. =====

===== Este ponto vem aqui à Assembleia uma vez que nós estivemos a fazer um estudo muito grande sobre as taxas que são cobradas no nosso Município e dado que optamos por prorrogar um pouco a entrar em vigor e em trazer o projecto de regulamento à reunião de Câmara e à Assembleia, há no entanto alguns acertos que têm de ser feitos já, nomeadamente ao nível das taxas de regras de cálculo das taxas para a emissão de licenças de recinto itinerante e também relativamente há emissão e renovação de mapas de horário, uma vez que pelo regulamento dos mapas de horário foi alterada a emissão, não para um ano mas para três anos. E como estava prevista a taxa de alargamento só para um ano, há a necessidade de alterar o regulamento no sentido de absorver em termos de prazo, portanto, dado que os mapas de horário actualmente são emitidos ao renovar por três anos, também permitir que o alargamento anual seja também por três anos e não o que tínhamos previsto, a taxa anual, que era só essa que estava prevista. Daí que foi então feita a proposta, foi levada à reunião de Câmara e agora vem à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria, com a abstenção da Senhora Dra. Ana de Jesus, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto catorze:** Constituição de Entidade Empresarial “Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria” – Aprovação/ Ratificação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Os veículos em fim de vida (VFV), dentro da variedade de resíduos metálicos produzidos na União Europeia (UE), são uma área prioritária de acção na gestão de resíduos devido ao número crescente de veículos colocados no mercado Europeu que, durante o seu ciclo de vida, acabarão por resultar em resíduos gerados na UE. A agravar, estes veículos contêm um número de substâncias

perigosas que podem ter impactes negativos no ambiente e sobre a saúde humana. Historicamente, os VFV não são convenientemente tratados até ao seu desmantelamento, trituração e reciclagem, o que significa que uma fracção dos VFV que não foram recuperados e foram colocados no meio ambiente contendo substâncias perigosas. O potencial e a gravidade destas substâncias em contaminar o solo e as águas subterrâneas, com os consequentes impactes negativos ao nível do ambiente e da saúde humana, levou a UE à introdução de legislação para as actividades associadas aos VFV. Em resposta às crescentes exigências legais, neste âmbito, foi elaborado o Plano Director Intermunicipal Entre Douro e Vouga (PIEDV) para a área territorial da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. O PDIEDV envolveu a caracterização e diagnóstico da situação actual no que refere ao sector de materiais metálicos (sucatas e afins), o estabelecimento de cenários de soluções e o plano de desenvolvimento das soluções. O PERM destinar-se-á ao armazenamento e recuperação de materiais, designadamente: VFV, resíduos metálicos, resíduos eléctricos, electrónicos e afins. Os principais objectivos da criação deste parque são: Criação de uma área de acolhimento empresarial concebida de raiz para o sector da recuperação e reciclagem de materiais; Melhoria e controlo das condições de exercício da actividade de recuperação e comercialização de materiais; Relocalização das organizações empresariais dedicadas ao sector localizadas na área territorial da AMTSM; Criação de serviços específicos de utilidade colectiva nas áreas da recuperação e reciclagem de materiais; Permitir o desenvolvimento de indústrias relacionadas com a recuperação de materiais obedecendo às exigências legais impostas; Potenciar o desenvolvimento e a criação de novos postos de trabalho. Os custos relacionados com o parque situado em Santa Maria da Feira são entre €12 milhões e os €12,5 milhões distribuídos da seguinte forma: Construção de infra-estruturas: € 8 milhões; Terrenos: €2,2 milhões (considerando um preço médios de aquisição/expropriação de €5/m²); Edifício sede: € 250 mil IVA não dedutível: €1,736 milhões; Outros custos: € 501 mil. Dos custos acima mencionados está previsto financiamento através de candidatura ao QREN de € 6 milhões (prevê-se uma taxa de 60 a 70% dos custos legíveis, até ao montante máximo de 8 milhões) e de €6,5 milhões com a venda de lotes. Face aos elevados recursos financeiros a disponibilizar na fase de investimento, conclui-se que o projecto só será concretizável através de uma parceria público - privada, onde o parceiro privado, a seleccionar por concurso público internacional, ficará responsável pelo financiamento, execução e comercialização dos lotes e gestão da AAE, assumindo os riscos financeiros do negócio. Assim sendo remete-se a aprovação do Executivo Municipal a constituição da Entidade Empresarial "Parque Empresarial de Recuperação de materiais das Terras de Santa Maria" para posterior aprovação/ratificação em Assembleia Municipal".

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós para podermos fazer uma candidatura ao PERM, esta entidade empresarial a constituir no âmbito da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, surge na sequência do Plano Director Intermunicipal do Entre Douro e Vouga e tem como objectivo principal proceder ao armazenamento e recuperação de materiais, designadamente, de veículos em fim de vida, resíduos metálicos, resíduos eléctricos, electrónicos e afins. Pretende a Associação de Municípios candidatar o projecto de criação deste Parque ao QREN que prevê uma taxa de financiamento do mesmo na ordem dos 60 a 70% dos custos elegíveis. Para tal, torna-se necessário proceder à constituição da entidade gestora do referido parque, pelo que se solicita a aprovação da constituição da mesma. Portanto, irá existir um parque na zona de Vale de Cambra e outro parque na zona de Santa de Maria da Feira, mas é a mesma entidade empresarial que gere os dois parques. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, autorizando assim a constituição da Empresa Intermunicipal “PERM- Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM”. =====

===== **Ponto quinze:** Plano de Urbanização da Zona Industrial de Costa Má/ S. Roque – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Foram decorridas as fases procedimentais constantes e obrigatórias no RJIGT – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial, para elaboração e aprovação de planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente elaboração, conferência de serviços e discussão pública; 2. Já existe versão final do plano em questão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe-se: A sua aprovação ao abrigo do nº 1 do art.º 79º do regime jurídico acima referido, bem como nos termos do disposto na alínea a) do nº 3 do art.º 53º e da alínea a) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea o) do nº 1 do art. 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Tendo decorrido todas as fases obrigatórias para elaboração e aprovação de planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente, elaboração, conferência de serviços e discussão pública, propõe-se a aprovação da versão final do Plano de Urbanização da Zona Industrial de Costa Má/S. Roque. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Se o Senhor Presidente me permitir, eu falava do ponto quinze e do ponto dezasseis, que estão intimamente ligados e por economia de tempo era mais pertinente. Como já aqui disse o Bruno Armando aqui no “Período de Antes da Ordem do Dia”, Oliveira de Azeméis é um caso “sui-generis”. Catorze ou quinze anos depois da aprovação do Plano Director Municipal, temos que lançar foguetes por termos os dois primeiros Planos de Ordenamento do Território aprovados. O Senhor Presidente está de parabéns, por em doze anos ter conseguido aprovar hoje, no fim do seu mandato, dois planos de pormenor, neste caso Planos de Urbanização. Estamos a falar de instrumentos que o Partido Socialista tem reivindicado há anos, há muitos anos que temos andado a dizer que são instrumentos primordiais e estamos confrontados nesta altura apenas e só, infelizmente, com as suas aprovações no papel. Urge agora questionar, se é que o Executivo tem alguma solução para estes casos concretos, porque passamos à fase seguinte, passamos à fase de ter que infra-estruturar e termos espaços adaptados para captarmos indústrias para o nosso concelho. É nestas alturas de crise que nós

devemos fazer um esforço suplementar para nos prepararmos para quando a retoma económica estiver em curso termos espaços adaptados e em condições para receber indústrias e captar riqueza para o nosso concelho. Estamos a falar de duas zonas industriais completamente distintas, uma que tem nove hectares – Costa Má/ S. Roque e outra que tem mais de cento e vinte hectares – Loureiro, com situações completamente distintas do ponto de vista do interesse estratégico do Município. A zona industrial de Loureiro tem um potencial estratégico muitíssimo grande para a captação de grandes indústrias para Oliveira de Azeméis, mas também para dar qualidade às indústrias que de forma desordenada neste momento se encontram naquele espaço. Ir àquela zona industrial e ver aquele desordenamento é confrangedor para um Município que se quer minimamente ordenado. Há que louvar a capacidade empreendedora dos empresários que se instalaram já em Loureiro, que a expensas próprias tiveram que pagar ruas, tiveram que pagar postes de transformação, têm que pagar um conjunto de situações que a Autarquia devia ter potenciado, porque são eles que criam riqueza no nosso concelho, são eles que deixam cá as derramas, são eles que pagam cá os seus impostos e não é admissível que um Município como o de Oliveira de Azeméis não lhes tenha prestado todo o apoio necessário. A estes e a todos aqueles que abandonaram Oliveira de Azeméis, por não terem condições. E aqui, não é só em Loureiro, algumas empresas por este concelho fora vão saindo para outras paragens, para Estarreja nomeadamente, onde têm condições muitíssimo vantajosas, terrenos a custos baixíssimos e com condições, mas também, e nomeadamente na zona norte do concelho, empresas de S. Roque têm saído para S. João da Madeira, são bastantes e só não vê quem não quer ver. Ainda para mais, e permita-me dizer aqui duas situações relativamente, por exemplo, a S. Roque em que o objectivo da zona industrial será concentrar todas as zonas industriais que proliferam pela freguesia num único espaço, mas também captar algumas novas. Em S. Roque, fruto da crise, não há que escondê-lo, faliu se calhar a maior empresa de calçado do concelho de Oliveira de Azeméis, atrevo-me a dizer não sei se há alguma que tivesse mais de duzentos trabalhadores, fechou portas na passada sexta-feira. É preciso encontrar soluções, é preciso ter espaços que estejam ordenados. Aquilo que nós encontramos em S. Roque, fruto da ausência de estratégias municipais é empresas a proliferar um pouco por toda a freguesia e como é do seu conhecimento, Senhor Presidente, empresas que laboram infelizmente em espaços licenciados para armazéns, em caves de casas e depois acontecem tragédias e na passada quarta-feira, fruto da conjuntura autárquica que não permite, nem licencia atempadamente estas zonas industriais, só não aconteceu uma tragédia porque estamos a falar de um curto-circuito que terá ocorrido durante o dia e a que as pessoas conseguiram acorrer atempadamente e evitar uma tragédia, com um incêndio que decorreu numa suposta zona industrial, que não o é, mas que os empresários à falta de apoios da autarquia se vão desenrascando da forma que conseguem, de forma a conseguirem criar emprego e criar riqueza. Portanto, aquilo que eu perguntava aqui e a análise já todos a fazemos, alguns é que não a querem ver, que soluções agora para a infra-estruturação destas zonas industriais? Pretende a Câmara Municipal, no tempo que lhe falta, avançar com alguma destas zonas industriais? Eu bem sei, que se para uma o investimento apontado é na ordem de um milhão e meio de euros, para Loureiro será de muitos milhões. Também sabemos que a saúde financeira da Autarquia e não é aqui dizer regatear um milhão e meio para o Parque de La-Salette, não, a Câmara Municipal não tem capacidade financeira para vir acorrer a tudo e, portanto, aquilo que vamos perder mais uma vez o comboio, vamos infra-estruturar zonas industriais e deixar o mercado funcionar e vamos depois ter terrenos a preços caríssimos nestas zonas industriais e mais uma vez vamos perder este comboio, porque comparativamente com os terrenos que são oferecidos pelos municípios vizinhos às indústrias não vamos ter capacidade competitiva. Portanto, eu não sei qual é a estratégia do Município, há que ter uma estratégia, aquilo que foi dito aos proprietários, pelo menos nos períodos de

discussão em que eu participei, participei nomeadamente nos de S. Roque, foi dito claramente aos proprietários destes terrenos que a Câmara Municipal iria avançar com a infraestrutura desta zona industrial. Espero bem que sim, gostava de saber de que forma é que o pensam fazer, eu tenho a minha visão própria das coisas, mas nomeadamente para Loureiro e para o futuro estratégico do concelho era importante que soubéssemos o que é que vamos fazer a Loureiro, se vamos candidatar ao QREN e ter que agradecer ao Durão Barroso os dinheiros públicos que manda para Portugal via QREN. Qual a solução para Loureiro e a forma de compensar também os empresários que já lá se instalaram e que fizeram muitas das infraestruturas que lá estão, embora algumas de forma desordenada. Portanto, gostava de saber qual a opinião do Município, sabendo de antemão e felicitando com quinze anos de atraso pela aprovação destes planos, mas sabendo de antemão que agora é preciso dar o passo seguinte, continuar com os planos que faltam, mas que soluções é que há agora para que os empresários daqui a um ano, dois anos, tenham condições de se instalarem de forma ordenada neste nosso concelho. É só obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu antes de pedir aos técnicos e ao Senhor Vereador do Pelouro, eu queria dizer que vocês falam e parecem uns papagaios. É verdade. Quer dizer, em Loureiro as indústrias já fugiram todas? Sabe quais são as indústrias que lá estão? Eu vou-lhe dizer: Caçarola, Saludães, Modit, TUL, Cidacos Moldes e outros, por exemplo. O Domingos que tem a Padaria do Freixo também tem uma fábrica de calçado lá. Isto não fugiu nada, isto ainda não acabou, continuam a laborar todas estas empresas. Porque é que vocês falam assim? Porque é que eles laboram e produzem riqueza? Por uma razão muito simples, e esta bandeira é que o meu amigo devia levantar em todo o lado, não é só aqui dizer mal das indústrias Oliveirenses, você tem que dizer que está no entre Douro e Vouga, que pertencemos ao Entre o Douro e Vouga, que é a NUT III que mais exporta neste País. É preciso rendermos homenagens aos nossos empresários, aos que estão em Loureiro, aos que estão em Oliveira de Azeméis, aos que estão em Cesar, etc.. É isso.

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =

===== Boa tarde a todos. Eu só queria fazer aqui algumas referências e dar algumas respostas aos pedidos de esclarecimento que foram feitos pelo Helder Simões. Em primeiro lugar, dizer-lhe que o Município de Oliveira de Azeméis teve um PDM em 1995 e o Governo só em 2008 é que teve um Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território e a Região Norte ainda não tem o Plano Regional de Ordenamento do Território concluído. Portanto, isto era um esclarecimento nacional e governamental que eu queria dar ao meu caro amigo Helder Simões. Para além disso, todas essas reivindicações que faz relativamente ao Município de Oliveira de Azeméis não as fez, e podia-o ter feito, quer no âmbito do Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território, em que houve um período de discussão pública e onde está contemplado que 70% do investimento público até 2020 vai ser feito na área de Lisboa e do Vale do Tejo. Esqueceu-se o meu caro amigo Helder Simões de reivindicar investimento público para as zonas industriais do norte e centro do nosso país. Relativamente aos Planos Municipais agora em causa, eu só queria dizer o seguinte: não é pela existência de Planos que as indústrias vão deixar de investir ou têm deixado de investir em Oliveira de Azeméis, há outros instrumentos na Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que

permitem que a Câmara Municipal vá gerindo o território sem ser necessária a existência dos Planos. E tanto não é necessária a existência dos Planos que foi falado aqui da dificuldade que vai existir em alguns, principalmente na zona da Costa Má porque que há uma política municipal em dar prioridade em dar prioridade na implementação da zona industrial e no investimento municipal para a zona industrial de Loureiro, não só pela sua localização mas também devido à procura crescente de investidores para aquela zona. O dinheiro não cresce, mas há um compromisso da Câmara Municipal e nisso se houver colaboração da Junta de Freguesia de S. Roque, designadamente, relativamente à Costa Má e em Nogueira/ Pindelo, nessas freguesias, porque também para breve virá aqui a aprovação do Plano de Urbanização dessa zona industrial, haverá o compromisso e isso consta do Regulamento do Plano Municipal de Urbanização, de a Câmara Municipal em parceria com investidores e com os próprios industriais de implementar a zona industrial de Costa Má/ Soque e também de UI/ Loureiro, porque também não será, atendendo à dimensão da zona industrial de Loureiro, também não será a Câmara Municipal por si só que irá realizar todas as infra-estruturas para a implementação da zona industrial. Como devem perceber está em causa uma área de doze hectares de uma zona industrial. Estamos em diálogo com a CCDR-N com vista à elaboração de um projecto e de uma candidatura para implementação de uma parte da zona industrial de UI/ Loureiro, designadamente quatro hectares, que irá ser desenvolvida e irá ser apresentada, segundo dizem os responsáveis da CCDR-N, quando abrir o período de candidatura, que será em Outubro, mas apenas relativamente à zona industrial de Loureiro nesta primeira fase. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Eu antes de mais, Senhor Presidente, não entro nesse tipo de argumentação que usou, falo de papagaios, falo de outros animaizinhos de estimação, não vou entrar nesse tipo de epítetos, não é meu apanágio. De qualquer das formas, não percebo, para quem está de saída, tanta irritação com a minha intervenção. Desejamos-lhe uma boa saída, com calma, com serenidade, Senhor Presidente. Não foi nada disso que eu quis aqui dizer, quis constatar uma realidade e eu falei de empresas que saem de Oliveira de Azeméis e é uma realidade que saem empresas de Oliveira de Azeméis: a PIMEX saiu, a Damas Ovo saiu, a Gilusa saiu, a Joluce saiu, a Aeromolde saiu, podemos ir se calhar fazer aqui uma listagem delas, de empresas, que se lhes formos perguntar até queriam investir em Oliveira de Azeméis e não tinham condições para investir em Oliveira de Azeméis. A realidade é essa, Senhor Presidente, não vale a pena esconde-la. Foram criar riqueza, enquanto existiram para outros concelhos e, portanto, essa é que é a realidade e que se calhar alguns não querem ver. Obviamente que eu sei e conheço as empresas que estão na zona industrial de Loureiro. Agora, se me dizem aqui que não precisamos de Planos de Urbanização então não sei o que estamos aqui a fazer. No nosso PDM incluímos a necessidade de promover e dinamizar Planos de Urbanização de Zonas Industriais, Planos de Pormenor das Freguesias, e vêm com a justificação de que não é preciso, que as empresas conseguem instalar-se mesmo não tendo zonas industriais. Senhor Presidente, eu sei que as zonas industriais estão definidas no nosso PDM, mas nós queremos as situações ordenadas e eu pergunto-lhe, por exemplo, quantas empresas se tentaram instalar na zona industrial de S. Roque/ Costa Má e não conseguiram até à data. O Senhor Vereador tem a noção de que houve empresas que se quiseram instalar e que até à data não conseguiram. Nós não precisamos de zonas industriais infra-estruturadas? Isso não é uma vantagem competitiva do Município relativamente a outros Municípios? Ou será que os Municípios de S. João da Madeira, Vale de Cambra, Arouca, Estarreja, Albergaria e Ovar têm zonas industriais infra-estruturadas porque

querem ou porque é relevante para eles? Não, é uma vantagem competitiva que dá aos empresários virem instalar-se em zonas a preços competitivos. Essa é que é a nossa preocupação. A nossa preocupação, se o País não tem um Plano Nacional de Ordenamento do Território é um problema de todos nós. Não é o meu problema. Eu já agora gostaria de saber também e de me associar à sua reclamação efectuada no âmbito do período de discussão do Plano Nacional do Ordenamento do Território. No que diz respeito à minha freguesia, houve discussão pública, emitimos o nosso parecer, dissemos aquilo que achávamos que devia ser corrigido, e bem os técnicos corrigiram aquilo que eram as nossas pretensões. Portanto, por aí não tenho nada a dizer, não estou contra o regulamento. Agora é preciso que se diga, por exemplo, que é para não estarmos a iludir os proprietários. O que o Senhor Vereador aqui disse é completamente diferente daquilo que foi dito em S. Roque. Foi dito pelos técnicos que a Câmara Municipal no espaço de cinco anos, que é o prazo de validade do regulamento, deveria avançar com as infra-estruturas, nunca foi falado em qualquer tipo de parceria. Portanto, é isto que os proprietários estão à espera, não estão à espera de agora ter que suportar os custos das infra-estruturas e se calhar o mais justo é que participem nessa situação, mas não foi isso que foi dito, estou aqui a dizer claramente que não foi isso que foi dito em S. Roque e os proprietários estão à espera de uma situação que não esta que o Senhor Vereador aqui disse. Aliás, também teria sido bom, porque os técnicos são técnicos e os políticos é que tomam as decisões políticas e se o Senhor Vereador aqui fala de outras questões e dito que eu não participei, também tinha sido se calhar de bom-tom que o Senhor Vereador tivesse participado neste processo de esclarecimento à população e não participou. Há aqui um conjunto de situações e eu não quero particularizar esta questão, agora Oliveira de Azeméis carece de planos de zonas industriais infra-estruturadas e temos que lhes dar condições, caso contrário ficamos a saber que para o Partido Social Democrata os Planos das Zonas Industriais são uma questão de somenos importância. É só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Eu só por uma questão de esclarecimento e porque foi posta em causa o facto de uma técnica, que eu não estive presente no período quando foram feitos os esclarecimentos sobre o Plano de Urbanização da Costa Má, mas estive presente a Arqt.ª Filomena que aqui se encontra e se alguma coisa foi dita em contrário é bom que se esclareça aqui publicamente e, portanto, eu peço, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal permitir, uma vez que a Arqt.ª Filomena foi quem esteve presente nesse esclarecimento público que venha esclarecer esta situação e se há alguma contradição com a minha decisão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Arqt.ª Filomena Farinhas, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

===== Relativamente ao Plano de Urbanização da Zona Industrial de Costa Má, o que aconteceu foi o seguinte: o plano foi iniciado, como todos os outros dois planos de urbanização, em 2005, recebeu todo o período de acompanhamento e de conferência de serviços no final de 2008. Recebemos pareceres desfavoráveis relativamente sobretudo a uma empresa, estou a falar especificamente no Plano de Costa Má, que se localizava no concelho de S. João da Madeira e que por uma vez estar abrangida pela Directiva SEVESO iria implicar a anulação e a possibilidade de implementação dessa zona industrial. Os Serviços e o Executivo fizeram todas as diligências junto das entidades competentes para podermos contornar esta questão e

conseguimos obter um parecer favorável da ATA a dizer que realmente a questão das explosões não iriam pôr em causa o investimento que se prevê para Costa Má/ S. Roque. Foi aberto um período de discussão pública, houve uma sessão de esclarecimento por cada uma das Juntas, neste caso era só S. Roque e nós estivemos lá também. E o que foi dito em sede de discussão pública, foi em função do projecto de plano de estava em discussão pública. Ora, o projecto de plano que estava em discussão pública previa no seu relatório que a implementação da urbanização da Zona Industrial fosse feita numa única vez, numa única fase, uma vez que era um plano que do ponto de vista da urbanização são cinco hectares, apesar do plano abranger nove hectares no seu todo. Foram feitas objecções à proposta do Plano, essas objecções foram ponderadas e, portanto, o que temos neste momento em apreciação é uma proposta final revista tendo em conta que eram essas as objecções, tendo em conta também um outro factor que aparece esclarecido na página cinco do relatório do Plano, em que diz que apesar de ser intenção municipal em infra-estruturar a zona industrial conforme foi esclarecido em sede de discussão pública, essa infra-estruturação poderá ou o mais provável é que não vá ocorrer de uma só vez e, portanto, foi introduzido um faseamento na infra-estruturação do plano. O que é que acontece? Acontece que existe pelo menos um interessado em instalar-se na zona industrial e esse interessado, houve uma informação prévia que deu entrada na Câmara Municipal, essa informação prévia foi aprovada ou pelos menos tem todas as condições para ser aprovada, o que é que acontece é que o interessado apercebe-se que existem vantagens em só colocar o seu pedido após a aprovação do plano, porque com a aprovação deste plano o que nós vamos conseguir é construir em banda, indústrias em banda e uma vez que a área já é tão pequenina estamos a rentabilizar e otimizar esse espaço. E tivemos em sede de ponderação das sugestões, conversas com o interessado e com os seus dois vizinhos confrontantes e, portanto, uma vez que a Câmara Municipal não vai poder infra-estruturar de uma só vez a zona e uma vez que se optássemos por um sistema de execução conforme está estabelecido na Lei em que será apenas a Câmara a fazer e, portanto, seria apenas por imposição administrativa, estaríamos a negar a possibilidade a esse interessado em, a partir do momento em que o Plano sai publicado em Diário da República, apresentar uma proposta à Câmara, ceder tudo o que tem a ceder para infra-estruturação da via conforme já estava acautelado e poder ele dar início às suas obras. Por esta razão, foi escolhido um sistema de cooperação em termos de regulamento municipal. O que é que diz o sistema de cooperação? O sistema de cooperação diz que a iniciativa é municipal. E, portanto, o que são a execução os projectos de execução, por exemplo, desses troços, dessas vias, deve competir à Câmara Municipal, obviamente. O que não quer dizer que os particulares não possam vir e dizer assim “como eu tenho interesse em instalar-me agora, não vou estar à espera que a Câmara Municipal faça todos os projectos e avance para todas as fases, para que eu possa vir-me a instalar” e por via de um sistema de imposição administrativa isto era-lhes negado. Já agora dar um esclarecimento para o Plano de Urbanização de Loureiro, o que está previsto é um sistema de imposição administrativa, ou seja, é a Câmara que adquire os terrenos e faz a obra, mas existe também na mesma prevista um sistema de cooperação para todas as indústrias que já lá estão instaladas e que obviamente já cederam áreas e que não podem ser penalizadas novamente por esse motivo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado. Julgo que foi oportuna a explicação técnica. Muito obrigado pela clareza da sua intervenção. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto dezasseis:** Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Foram decorridas as fases procedimentais constantes e obrigatórias no RJIGT – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial, para elaboração e aprovação de planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente elaboração, conferência de serviços e discussão pública; 2. Já existe versão final do plano em questão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe-se: A sua aprovação ao abrigo do nº 1 do art.º 79º do regime jurídico acima referido, bem como nos termos do disposto na alínea a) do nº 3 do art.º 53º e da alínea a) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea o) do nº 1 do art. 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro”. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

===== *Julgo que nós já fizemos a discussão conjunta dos dois pontos, temos que votar em separado. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto dezassete:** Postura Municipal de Trânsito de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: =====
 “Considerando: 1. A necessidade de melhorar e disciplinar a circulação e estacionamento de veículos motorizados, no sentido de contribuir para minimizar conflitos entre estes e os peões; 2. O aumento da circulação automóvel na consequência do recurso crescente a este meio de transporte, o que tem vindo a congestionar os centros urbanos, tornando-se progressivamente um factor de degradação da qualidade de vida nas cidades, muitas vezes sem capacidade de adaptação aos novos padrões de tráfego; 3. A necessidade de encontrar soluções de mobilidade e regulamentação com critérios uniformes a circulação, o estabelecimento e as operações de cargas e descargas de mercadorias, atendendo aos objectivos de eficiência económica do comércio e dos serviços, mas também tendo em consideração a circulação pedonal e a fluidez do trânsito; 4. Que todos os cidadãos têm direito à mobilidade no espaço urbano, não obstante o contributo de cada um para o bom funcionamento da circulação dos veículos e peões, não sendo possível uma boa resolução sem o envolvimento e empenhamento dos cidadãos no desenvolvimento de boas práticas de cidadania garantindo uma maior segurança rodoviária, propõe-se: A aprovação da Postura Municipal de Trânsito de Oliveira de Azeméis pelo Órgão Executivo, elaborado ao abrigo e nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do art.º 53º e da alínea a) do nº 7 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea o) do nº 1 do art. 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro”. =*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Esta postura no fundo corresponde a um regulamento municipal, que visa actualizar nesse regulamento, estabilizar todos os sentidos de trânsito existente, sobretudo os de circuito de pesados; traduzir ou reconhecer a pedonização que também já foi feita. Também vai permitir que todas as pequenas alterações de sinalização que sejam feitas relativamente ao trânsito e que se enquadrem no âmbito destas regras genéricas, não tenham que ser necessariamente sujeitas a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal, porque estão abrangidas por este diploma genérico.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Processo de Emparcelamento PI/1076/2009 – GESTAMP, S.A. – Isenção de pagamento de taxas – Aprovação.* =====

===== **Processo de emparcelamento PI/ 1076/ 2009) - GESTAMP -** *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O pedido de dispensa de pagamento de taxas efectuado pela Gestamp, S.A.; Que da actividade exercida por esta empresa resultam beneficio no que concerne à criação de postos de trabalho e ao desenvolvimento da actividade económica e empresarial do nosso Concelho; O momento de crise económica actual que exige a tomada de medidas de apoio a todos os níveis; Que o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, no seu art.º 10º, n.º 4, estabelece à Câmara Municipal a faculdade de reduzir as taxas aplicáveis na percentagem adequada; Que a Lei das Finanças Locais, publicada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece no seu art. 12º, n.º 2, que mediante proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a cobrar pela primeira, propõe-se: A aprovação da redução/isenção das taxas de licenciamento do processo em referência, remetendo-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Esta proposta que vem hoje à aprovação da Assembleia Municipal tem por base um pedido da GESTAMP Aveiro, no sentido de ser isenta do pagamento destas taxas do emparcelamento, taxas essas no valor de € 546.067,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e sessenta e sete euros) e na qual este pedido de isenção tem por base o seguinte, eu até posso ler a proposta, não sei se a proposta está anexa, se está toda a gente teve a oportunidade de ler. Em acrescento a esta proposta tenho de dizer o seguinte: a operação de emparcelamento que no*

fundo vai permitir o licenciamento de cada um dos pavilhões, quando foi feito este pedido à Câmara Municipal consistia num loteamento urbano. A partir da entrada em vigor da Lei n.º 60/2007 o emparcelamento deixou de ser uma operação de loteamento, mas sendo uma operação de loteamento porque deu entrada antes da entrada em vigor dessa Lei, todas as operações de loteamento obrigavam a uma cedência ao Município de um espaço para espaços verdes e de uma área para equipamento. Como não foi feita essa cedência no projecto apresentado pela GESTAMP, as taxas devidas por essa não cedência chegaram a este valor dos quinhentos e tal mil euros. O que é que isto significava? Significava que se o pedido tivesse dado entrada ao abrigo da Lei n.º 60/2007 não constituía uma operação de loteamento, não era obrigado a fazer estas cedências e, portanto, não eram obrigados a pagar estas taxas pelas não cedências. Por isso, também está aqui em causa, para além da reivindicação da própria GESTAMP, está aqui em causa uma questão de justiça e no fundo impedir que a GESTAMP tenha novamente que apresentar um projecto, porque no fundo se o apresentasse ao abrigo desta nova Lei não teria que pagar estas taxas pela não cedência. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Óscar Oliveira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Senhor Presidente, em relação a este processo, mesmo colocando aí algumas questões jurídicas, não pretendo com a minha intervenção pôr em causa a importância desta empresa multinacional neste concelho, aliás de extrema importância e como tal ainda foi aqui recentemente aprovado a discussão da implementação dos Planos de Urbanismo para as zonas industriais, que são de extrema importância para fixar o tecido industrial no nosso concelho, para não fugirem para outros, mas eu punha aqui outras situações e muitas dúvidas em relação a este processo. Como é colocado aí na explanação do que nos é hoje colocado, à Assembleia Municipal, esta é uma empresa que tem cerca de quatrocentos trabalhadores, duzentos e setenta são do quadro e os restantes são contratados a prazo. Sabemos também da importância, aliás sabemos e acompanhamos a actual situação da crise do sector automóvel, mas não é só do sector automóvel, aliás ainda agora aqui o meu amigo Helder falou numa empresa emblemática no nosso Município, que era a terceira maior empresa do sector do calçado entre estes três concelhos que dizem que é a capital da indústria de calçado – S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, para além disso só tem RHODE e a ECOS já não tem esse número de postos de trabalhos e depois era a BELEZA, por isso a crise não é só no sector da indústria automóvel, é também no sector de calçado e, porventura, noutros sectores. O que nos é colocado é a isenção de cerca de quinhentos e quarenta e sete mil euros, uma parte para a empresa GESTAMP e outra parte para a empresa GONVARRI e com o objectivo da regularização do loteamento adquirida a outra empresa e como tal pretende ampliar o seu sector. Eu não sei, desculpe lá Senhor Vereador, que foi quem esteve a acompanhar isto, se o Município não está a pactuar, desculpe lá o termo, com alguma chantagem da própria empresa, porque daquilo que eu tenho conhecimento de outras empresas, de outros sectores, em outros Municípios foi tal e qual. Eu não quero ser mais dramático, depois as ilações cada um as tira. Quando digo chantagem é em relação a este protocolo para a manutenção da própria empresa e depois todo o documento que nos é apresentado e explanado. Eu penso que é uma chantagem, porque eu lembro aqui que em 27 de Novembro de 2006 e foi colocado aqui por minha pessoa, eu coloquei aqui o meu cepticismo e a minha reprovação a uma isenção de 50% com o objectivo

também da implementação de mais oitenta postos de trabalho. Eu posso dizer aqui que não houve mais oitenta postos de trabalho, o que houve foi o despedimento de cerca de dez trabalhadores e dez trabalhadores do quadro e alguns dos quais dos quadros superiores. Em Outubro de 2008, agora recentemente, a empresa tal como outras de outros sectores foi comparticipada pelo Poder Central em doze milhões e novecentos mil euros, para o incentivo de remodelação e modernização industrial e também mais uma vez para a implementação de mais oitenta postos de trabalho. E o que acontece? Foram despedidos mais treze trabalhadores. E agora somos confrontados com esta proposta. Eu não sei se uma vez mais os colegas ao aprovarem e penso que o Executivo maioritariamente aprovou este benefício, se não estamos a pactuar uma vez mais para uma situação na empresa de mais despedimentos em relação a outros trabalhadores e ter em conta que esta isenção são dinheiro dos contribuintes do Município, são dinheiro dos contribuintes. A isenção destas taxas, é relembrar já agora os Senhores Deputados, que recentemente esta empresa com estes benefícios e também com o dinheiro do Estado, manteve salários idênticos aos trabalhadores de base e aumentou para os quadros técnicos entre os quatrocentos euros e os setecentos euros mensais o seu salário, com o dinheiro recebido do Estado. Isto também é preciso ter em conta. Eu penso que com esta situação estaremos a pactuar com uma situação que na nossa óptica não é transparente. Eu lembro-me que este protocolo já foi aqui apresentado há tempos e que foi retirado para uma outra apreciação. Penso que não estou a mentir. Houve um protocolo em relação à GESTAMP, não sei se foi este ano ou se foi nos princípios de 2008, foi para a isenção de benefícios fiscais em relação a esta empresa. O que eu quero dizer, é que neste quadro nós ao estar a abrir um precedente que teremos que com certeza noutras situações abrir precedentes idênticos a outras empresas e lembro que esta é uma empresa multinacional e empresas multinacionais que têm utilizado em vários Municípios a mesma estratégia. Eu lembro-me em que houve situações de alguns Municípios, que andaram com estas estratégias durante anos: terrenos, infra-estruturas, até houve um concelho que comprou um terreno para a ampliação dessa empresa e que mais tarde depois veio a encerrar, porque quando dá lucro dá lucro, quando não der, fecham e vão-se embora e vão-se instalar noutros países. Eu lembro que esta é uma empresa multinacional e que o Município deve ter critérios idênticos para outras empresas deste e de outros ramos de capital português. Eu penso que a Câmara ao assumir este compromisso, é um compromisso deste Executivo que tem que ser deliberado por esta Assembleia Municipal e eu coloco aqui uma situação: com este compromisso com esta multinacional, que prevê manter-se por mais dez anos, até 2019, se este compromisso não for cumprido, se este Município vai ser ressarcido e quais são os compromissos por parte desta Câmara em relação a esta situação, porque são verbas exorbitantes e como é que é ressarcido. Era só isto, está nas mãos dos Colegas, eu votarei contra por várias questões, porque como disse anteriormente acho que esta empresa da forma como foi transcrita na Câmara Municipal, e eu li, por parte do responsável, desculpem lá, é uma forma de chantagem perante este Município e perante os contribuintes em relação à manutenção desta empresa. Eu uma vez mais acho que é importante nós mantermos o tecido industrial, mantermos postos de trabalho, darmos possibilidade também a outras empresas do capital nacional em haver estes protocolos, mas eu acho que a forma com que a empresa está a pactuar e todo o processo em relação a esta situação, na nossa óptica e na minha óptica, Senhor Presidente e Senhor Vereador, não é transparente e como tal ponho aqui em causa esta situação e votarei contra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== *Eu só queria dar aqui um pequeno esclarecimento porque penso que não terei sido bem interpretado pelo Senhor Óscar. É claro que quando digo que estamos preocupados com estes quatrocentos trabalhadores ou quatrocentas famílias, que no caso da deslocalização da empresa para Vila Nova de Cerveira ficavam sem emprego, claro que estamos preocupados. Mas o que eu disse é que estas taxas que nós estamos a isentar hoje são taxas devidas pela não cedência de áreas de equipamento e espaços verdes no processo de loteamento, que propõe o emparcelamento até Março de 2008, configurava um loteamento. A partir de Março de 2008, passou a ser um processo de licenciamento normal e o emparcelamento é simplesmente administrativo e não carece de autorização municipal. O que aqui está em causa é a partir do momento em que isto deixa de ser uma operação de loteamento não é adequado estar a exigir taxas devidas da não cedência em virtude do processo ter dado entrada antes de Março de 2008. É só isso. Isto não é precedente nenhum, se a GESTAMP quiser licenciar cada um dos pavilhões vai ter de pagar por isso, as taxas aqui são taxas devidas pela não cedência só por isto ser uma operação de loteamento antes da entrada em vigor da Lei, mais nada. Isto não é um precedente, até que a nova Lei n.º 60/2007 permite a qualquer requerente que tenha dado entrada a um processo de loteamento antes da entrada em vigor dessa Lei, que a Câmara passe a apreciar o processo ao abrigo da nova Lei, sendo a Lei mais favorável aplica-se esta mesma Lei. Portanto, é uma questão normal e de justiça, simplesmente. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por maioria, com o voto contra do Senhor Óscar Oliveira, aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto dezanove:** Processo de Loteamento Urbano n.º 2276/07 – GONVARRI – Produtos Siderúrgicos, S.A. – Isenção de pagamento de taxas – Aprovação. =====*

===== ***Processo de loteamento urbano nº 2276/07 - GONVARRI-** Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: O pedido de dispensa de pagamento de taxas efectuado pela GONVARRI - Produtos Siderúrgicos, S.A.; Que da actividade exercida por esta empresa resultam benefício no que concerne à criação de postos de trabalho e ao desenvolvimento da actividade económica e empresarial do nosso Concelho; O momento de crise económica actual que exige a tomada de medidas de apoio a todos os níveis; Que o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, no seu artº 10º, n.º 4, estabelece à Câmara Municipal a faculdade de reduzir as taxas aplicáveis na percentagem adequada; Que a Lei das Finanças Locais, publicada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece no seu art. 12º, n.º 2, que mediante proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a cobrar pela primeira, propõe-se: A aprovação da redução/isenção das taxas de licenciamento do processo em referência, remetendo-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

===== *A discussão já foi feita. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por maioria, com o voto contra do Senhor Óscar Oliveira, aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto vinte:** Processo n.º 2544/07 – Laurentino Santos Pinho – Reconhecimento de equipamento de interesse municipal. =====*

===== ***Processo n.º 2544/07 – LAURENTINO SANTOS PINHO,** residente em Oliveira de Azeméis, vem em aditamento ao processo em epígrafe, solicitar o reconhecimento de interesse público municipal da instalação de um parque de armazenagem de garrafas de gás em área classificada pelo PDM como espaço florestal, sito no ligar da Póvoa, freguesia de Travanca, concelho de Oliveira de Azeméis. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

===== *O que aqui está em causa é um pedido de viabilidade de um parque de armazenamento de garrafas de gás que este requerente, Laurentino Santos Pinho, pretende instalar num terreno que possui o lugar da Póvoa, em Travanca. Este terreno está em área florestal, contudo de acordo com a informação técnica que foi entregue a todos, trata-se de um infra-estrutura técnica que carece de um reconhecimento de interesse municipal para poder ser aprovado este pedido de informação prévia. Qual o motivo também do reconhecimento de interesse municipal? É o facto do próprio Município com a necessidade de ampliação do cemitério municipal, sendo este requerente arrendatário do espaço que está por detrás do cemitério e que nós precisamos de estender o cemitério, ele poder-se-á deslocalizar se nós também aprovarmos este pedido de informação prévia e esse é o motivo porque é necessária a aprovação da Assembleia Municipal. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto vinte e um:** Fornecimento de refeições para os alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho para o ano lectivo de 2009/2010 – Repartição de encargos em mais do que um ano económico. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Ao abrigo da competência em mim delegada pela Câmara Municipal para realização de despesas ate 748.196,00€ (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros), de acordo com a deliberação do Órgão Executivo de 27 de Outubro de 2005 e de acordo com o previsto no nº 2, do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de Junho, e considerando: 1) A necessidade de se proceder, de acordo com as RQI's 2165 e 2166 do Gabinete de Apoio Sócio-Educativo, a abertura de um procedimento para fornecimento de refeições para os alunos do 1º Ciclo e Jardins-de-infância do Concelho para o Ano Lectivo de 2009/2010; 2) Que o valor total estimado deste fornecimento é de 745.839,30€ (setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e*

trinta e nove euros e trinta cêntimos), para um período de vigência de onze meses (Setembro de 2009 a Julho de 2010), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2009 (Setembro a Dezembro) prevê-se uma verba de 283.335,60€ (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e cinco euros e sessenta cêntimos), para o ano de 2010 (Janeiro a Julho) prevê-se uma verba de 462.503,70€ (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e três euros e setenta cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 3) E que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que nau ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; Assim, posto isto, e considerando a urgência, e ainda não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara, ao abrigo do n.º 3, do artigo 68º, do LAL, submeto para autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 2, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22º, conjugado com o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho. A presente proposta deverá, desde já ser submetida ao Órgão Deliberativo, e ainda ser submetida à próxima reunião para ratificação pelo Órgão Executivo, o acto por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 68º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Como devem ter reparado eu baralhei-me, eu estava distraído. Eu referi-me a um ponto que vai fazer parte da Ordem de Trabalhos da reunião de Câmara de amanhã. Aqui é exactamente das refeições e a pressa é essa, é o lançamento do procedimento para o fornecimento de refeições nas escolas e jardins-de-infância e o que está aqui em causa é a repartição da despesa por dois anos civis, 2009/2010, e isto tem de vir sempre à Assembleia.

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, ou seja, autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Antes de passar ao período destinado ao público, tenho uma informação a dar à Assembleia Municipal, que depois de consultar também a própria legislação em vigor, eu estava equivocado relativamente a esta matéria, achava que bastava constar na acta, mas é preciso informar a Assembleia Municipal e vou passar a ler essa informação: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eu, **António Manuel da Costa Alves Rosa**, Vereador em regime de Permanência e Exclusividade da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em cumprimento, e para efeitos, do disposto no artigo 3º, nº 1, da Lei 29/87, alterada e republicada

pela Lei nº 52-A/2005, venho por este meio comunicar à Assembleia Municipal o exercício de funções privadas através de **participação societária** na empresa FOPIL, Fábrica Ovarense de Plásticos Industriais, Lda., concretizada em 7 de Abril de 2009. Informo ainda, em conformidade com o disposto no artigo 7º, nº1, alínea a), do Estatuto dos Eleitos Locais, que o desempenho das referidas funções se reveste de carácter **não executivo e não remunerado**, permanecendo, por isso, no exercício das funções autárquicas de que estou investido em regime de permanência e exclusividade”. Este documento deu entrada na Assembleia Municipal a 28 de Abril, eu pedi informações se era necessário ou não fazer este procedimento, eu entendia que era só registá-lo e foi-me dito que era preciso anunciar. Está anunciado, é do conhecimento público. Senhor Vereador, só lhe desejo as maiores felicidades, apesar de não ser nem executivo, nem remunerado, mas pelo menos é sócio da empresa. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Terminada a Ordem de Trabalhos, vamos entrar no período destinado ao Público. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Paula Alexandra, Jorge Paiva, Leonel Martins, Armindo Silva e Domingos Costa. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Paula Alexandra, residente nesta cidade. =====

===== Boa tarde a todos. Eu não sou familiar destes meios. É a primeira vez que disponho aqui da possibilidade de estar numa Assembleia Municipal, mas de qualquer forma sei que está o meu alcance o dever de usar com civismo, o dever de facto de poder esclarecer os Oliveirenses, na qualidade com que estou aqui como representante da minha família, acerca do Troço da Via Estruturante que tanto se falou ou se tem falado. Agora, enfim, acalmaram-se os ânimos, nos jornais. Sou filha do proprietário, de facto com muita indignação e é um paradoxo que ao fim ao cabo eu venho aqui prestar perante vós, porque a razão é simples: é que perante uma dúvida, eu quase que a coloco e quase que tenho a resposta e, portanto, daí o paradoxo. A dúvida que eu coloco: que confusão é esta? O que é que se passa? E nós estamos aqui tão simplesmente para esclarecer, porque tudo o mais que foram negociações com esta Câmara Municipal, tudo o mais, ao resto somos alheios. E isto que fique aqui, já com a dignidade da minha família ressalvada. É um paradoxo e a dúvida fica desfeita, porque de facto da Câmara Municipal não temos nenhuma resposta que nos diga o contrário daquilo que em boa fé foi negociado com a mesma e, portanto, estamos na convicção de que o negócio foi connosco efectuado, foi connosco acordado e uma obra que é reconhecidamente uma boa obra para o nosso concelho está ainda de pé. Não fosse porém, de facto, as notícias confusas dos jornais, que às páginas tantas nós enquanto família, e é só nesse ponto que de facto eu tive que estar presente, ou nós porque eu estou com os meus Pais e marido, tivemos que estar aqui, porque há realmente ali uma confusão que gostaria que vocês se aproveitassem da nossa presença aqui, porque se há alguma coisa a esclarecer nós estamos cá para esclarecer, se há alguma confusão que o negócio ora se faz, ora se desfaz, para nós está feito, com a nossa palavra, com a Câmara

Municipal, enfim não houve documentação, nada por escrito, mas a palavra ainda vale para nós e julgamos que também para o representante do Município. Se de facto há motivos de termos alguma coisa para esclarecer, por favor, utilizem-nos. Estamos aqui e nós muito gostaríamos de tintim por tintim que não caia pedra sobre pedra e que nós possamos esclarecer. Eu não gostaria de estar aqui num monólogo, eu não vinha preparada para discursar, não estou habituada a estas lides, pelo menos neste meio, não no foro da minha profissão, mas neste meio não estou habituada. De qualquer maneira, por favor: o que é que se está a passar? A preocupação nossa não é o negócio, a preocupação nossa é “mas é alguma coisa que a gente tenha feito errado?” É que nós não fizemos nada errado e nós lemos tanta coisa, que às páginas tantas já não sabemos se há algum problema com a nossa advogada, se há algum problema com o que quer que seja. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado. Vamos evidentemente solicitar esclarecimentos. Aproveito também para dar nota que hoje foram distribuídas e fiz chegar ao Público que vem normalmente e que intervém, as respostas respectivas. Seguramente que aqui também vão ser pedidas informações e depois no caso de ser preciso algum esclarecimento, contactaremos, temos cá a morada e a respectiva direcção. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Muito boa tarde. Aquilo que eu vinha aqui, o prometido é devido, na última Assembleia por acaso apareci na parte final, deveres profissionais não deram para chegar mais cedo e tive a oportunidade de ver o elemento desta Assembleia Senhor Dr. Fernando Pais, o meu caríssimo amigo Fernando Pais, a usar aqui da palavra com cara de poucos amigos, ou seja, não gostou daquilo que ouviu na reunião anterior. Ora, o que eu vim cá dizer não foi nada mais, nada menos, que uma preocupação como Fajoense e como Oliveirense. E estou aqui hoje a fazê-lo e fazia-o na mesma na frente dele, porque quem não deve não teme. E agora estou mais à vontade para lhe responder e estou mais à vontade porquê? É realmente uma preocupação dos Fajoenses, não é minha é dos Fajoenses, o fecho da Escola do Areal. Muito embora da mossa que eu possa ter causado ao usar da palavra neste púlpito e outras iniciativas junto da Associação de Pais, isso se calhar deu azo a que houvesse uma reviravolta a 360º naquela atitude de fechar a Escola do Areal. Hoje fala-se que a Escola do Areal já não fecha, enfim não fecha mas vamos ver. Também queria dar os parabéns à tese eleitoral do actual Director da Escola EB 2/3 2 futuramente secundária e daí eu tenho que dar os parabéns, não a ele, mas dar os parabéns ao Conselho Directivo anterior, à Associação de Pais que também pugnou por isso, porque ainda o Dr. Octávio Soares, não está aqui mas tenho estatuto para aqui no nome dele porque isto é público e aquilo que eu ouvi lá é público e posso dizer aqui nesta Assembleia Municipal. Aquilo que ele tentou apregoar que já era uma promessa eleitoral dele a nossa valência da Escola, acho que ele falou em demasia, não devia ter feito porque está em causa a educação dos alunos, porque tenho lá um filho e temos lá muitas centenas de alunos, não só de Fajões como Cesar e Macieira de Sarnes. A Escola é do meio em que se insere. Porque ficaram preocupados e volto à estaca, quando eu estive aqui, no mesmo momento havia troca de mensagens para o meu Governo provavelmente. Eu não estou preocupado, estou preocupado com a Escola de Fajões e lutarei por isso e pelo Posto Médico, que custou-me muito a lutar por essa valência. Agora, aquilo que eu assisti como Fajoense e a troco de um pseudo-convite numa

reunião que eu estava na véspera, não havia convites mas já houve convites, não sei por carga de água, agora o que tenho que lamentar como Fajoense e como Oliveirense é o desprezo que o novo Director da Escola tenha feito ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Senhor Deputado, em não o convidar. Com todo o gosto e honra vi lá a Dra. Helena Terra, sim senhor, é uma honra tê-la lá em Fajões, agora é lamentável que se aproveite de uma Escola para uma tomada de posse, para dar aulas aos alunos e se faça show-off pura e simplesmente político. Não estou a falar para a Senhora Dra., a Senhora Dra. fez a sua obrigação de presenciar a um acto público. Agora não convidar um conterrâneo Oliveirense que é Deputado da Assembleia da República também, se calhar não tinha direito a flores, a Dra. teve, os familiares dele tiveram. Eu lá consegui entrar lá, entrei lá, agora lá não é uma escola de política, não é para si Dra., eu estou a falar para o mundo, aquilo lá é uma escola de ensino. Como tal, eu como Fajoense também estou atento. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor . Leonel Martins, residente nesta cidade. =====

===== Boa noite a todos os presentes. Se me permitem, como pelos vistos é das últimas reuniões que vai haver, uma observação e que era a seguinte: eu sei que tenho feito as pessoas perder um bocado aqui o tempo a ouvir-me, principalmente os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e entendo até porque os senhores não são de cá e geralmente quando eu falo é sobre questões de Oliveira de Azeméis. Eu até reconheço que o fórum ideal para falar de questões de Oliveira de Azeméis não deveria ser aqui, deveria ser nas Assembleias de Freguesia, era o melhor sítio. Acontece que em Oliveira de Azeméis, não sei se é por ser sede do Município, há uma identidade muito grande entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, ou seja, uma pessoa não sabe onde acaba a Junta de Freguesia e onde começa a Câmara Municipal e vice-versa. Portanto, agora que vamos entrar num novo ciclo, acho que era importante alterar esta mentalidade, que Oliveira de Azeméis tem uma Junta de Freguesia, que por coincidência é sede do concelho, mas é importante que a Junta de Freguesia possa ter um papel mais activo, mais interventivo, mais crítico. Não podemos continuar a ter uma Junta de Freguesia, um Presidente de Junta, o Senhor Ramiro que me desculpe, que se limite apenas a dizer “amén”. Quem for para lá para a Junta de Freguesia tem de ser uma pessoa que tenha uma visão diferente do que é a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. Por isso, eu peço muita desculpa do tempo que levei aos senhores, ter-vos massacrado com as questões, mas se houvesse uma Assembleia de Freguesia que funcionasse devidamente eu não estava aqui, eu ia lá. Eu não vou trazer aqui questões, porque não vale a pena, estamos no final de época e para quem vier a seguir eu levanto as questões novamente. Só duas pequeninas coisas, às vezes até me custa porque parece que ninguém vê as coisas. Eu não sei há quanto tempo foi feita a alteração no trânsito, dois, três meses, sinceramente não sei, mas é curioso que nunca ninguém deve ter reparado que os autocarros ali junto à Farmácia Falcão se vêem à rasca para virar para a esquerda, têm de fazer várias manobras e inclusivamente tem lá um semáforo para os peões, em que a indicação para os peões passarem ou estarem quietos já foi ao ar. Aquilo era fácil de resolver, bastava afastar uns centímetros e estava o problema resolvido. Ninguém vê, eu devo ser um vidente, devo ter uma vista muito boa, porque ninguém vê nada. Só uma outra coisinha para terminar sobre esta questão e é um aviso: não se sentem naqueles bancos públicos, porque agora no jardim bate um bocadinho de sol e os reformados têm a tendência de se sentarem naqueles bancos por debaixo da Câmara, não se sentem lá porque se não estão sujeitos a tomar um banho de chuveiro e não estão a regar as plantas, são umas caixinhas de ar condicionado que têm lá, no edifício da Câmara e a água vai para cima das pessoas. Eu tenho

experiência disso, ainda há tempos estava lá com umas alunas minhas, estávamos a conversar e pimba, uma gota. Para finalizar, tem a ver com o Parque de La-Salette, eu diria que aqui o Senhor Hermínio tem de facto uma grande amizade com o Senhor Durão Barroso, porque ele arranjou um dinheirito numa altura boa e até deu para calar a Oposição. Em relação ao dinheiro, vai fazer agora três anos que foi feita a apresentação pública na ex-Estalagem do projecto para o Parque de La-Salette e foram convidadas, tal e qual como foram novamente convidadas para aquela exposição sobre o Parque Expo, é convidado o Público, o Público vai lá, dá sugestões, eu recorde-me, eu fui uma das pessoas que participou, recorde-me por exemplo que dei duas sugestões. O Senhor que fez o projecto queria pôr calçada à portuguesa nos carreirinhos do núcleo mais importante do Parque e eu disse que não concordava, apresentei a minha argumentação. Não sei se vai ficar com calçada à portuguesa ou se vai ficar em terra, não sei. Outra sugestão que eu dei, foi a primeira vez que eu apresentei essa proposta, que já apresentei aqui, foi a ligação ao Parque de La-Salette pelo antigo percurso. Não sei, fazem-se as coisas, convence-se as pessoas, as pessoas perdem tempo a ir lá, vão nas melhores das intenções, apresentam sugestões e depois não é apresentado o projecto final, se sofreu alterações ou se não sofreu alterações. Agora vêm com essa coisa da Parque Expo, a partir do dia 17 vão todos ao Parque da Cidade e apresentam sugestões e depois? É um formalismo? É só para inglês ver? É para quê? Em relação ao dinheirito espero que o dinheiro seja bem gasto lá na La-Salette e infelizmente vejo que não vai dar nada para a Estalagem. A Estalagem está fechada, sem exagero, há mais de oito anos. Recordam-se porque é que ela foi fechada? Agora evoca-se que é por ela ser pequenina, mas ela não foi fechada por ser pequenina. Alguém se recorda porque é que ela foi fechada? Alguém se recorda aqui dentro? Se ninguém se recorda, podem perguntar ao Senhor Ápio, que o Senhor Ápio sabe explicar. Eu recorde-me, li num jornal, que na altura em que houve um concurso para a atribuição da exploração, houve um grupo qualquer que contestou a atribuição e chapéu, nunca mais. Desde essa altura que a Estalagem está fechada e não é pelo facto de ter só treze quartos, não é por causa disso, ela podia estar perfeitamente a funcionar e está fechada, a deteriorar-se. Como disse o Dr. Vieira Dias, muitos Oliveirenses deram muito dinheiro, uns mais, outros menos e está ali uma obra a degradar-se. Não seria melhor aproveitar e pô-la a funcionar até eventualmente aparecer alguém que queira investir nos tais cinquenta quartos? Não será melhor do que ter aquilo parado? Pronto, boa noite a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Pereira da Silva, residente na freguesia de Cucujães. =====

===== Sou residente na freguesia de Cucujães, nomeadamente na Rua do Mosteiro, lugar do Fojo – Fermil, em que as nossas condições são péssimas e é do conhecimento de todos. Temos uma estrada em paralelos há mais de trezentos anos, julgo eu há mais de trezentos anos, não temos valetas, não temos bermas, os acidentes são constantes lá e é rara a semana em que não haja acidentes. As bermas estão mais baixas que o nível da estrada, vinte centímetros e não há quem tenha coragem de meter uma pá de terra. As fossas estão todas a correr para a Estrada 327, hoje a Rua do Mosteiro, e também não há ninguém que se ocupe de nada. As valetas estão por limpar, alguém as há-de limpar. Esta é a minha indignação, dos meus colegas que me acompanham e dos meus vizinhos que habitamos na Rua do Mosteiro. Eu gostaria que quando o Senhor Presidente fosse a Cucujães não parasse só no Posto médico, que viesse falar com os habitantes daquelas ruas, já não falo da Rua Padre António Rocha, na rua onde habita a Dra. Gracinda Leal e na Rua Capitão Valença. A água pública chegou de um lado, chegou do outro, até cá abaixo, na Rua FIAC fizeram-se vinte metros e parou-se ali, porque não havia casa

nenhuma e lá em baixo onde havia casas não se fez coisa nenhuma. É lamentável. Agora, quando chove, todas as ruas da parte alta descarregam sobre a 327, ou melhor Rua do Mosteiro. Quer dizer, se temos que ir buscar o pão à padaria, há ali vários comércios, temos que tirar no carro da garagem ou então sujeitamo-nos ao banho. Fizeram-se obras ultimamente, valha-me Deus, que Deus me perdoe, mas um sapateiro era capaz de fazer melhor, puseram as caixas de esgoto e de água mais altas cinco centímetros do que o nível da estrada. Os tubos que fazem a condução das águas por debaixo das rampas para entrar nas garagens, está mais alto do que o nível da estrada e levou dois centímetros de massa. Por amor de Deus, não gastem massa desta maneira. E não há quem fiscalize. Senhor Presidente, peço-lhe imensa desculpa, mas quando vier a Cucujães convide-me que eu vou mostra-lhe. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Domingos Ferreira da Costa, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis.

===== Boa noite. Eu vinha pôr aqui três ou quatro questões. A primeira, era por causa da passagem de nível da Abelheira, que lamentavelmente nos puseram lá um muro de vedação, que me parece o Paralelo 38 ou então o antigo Muro de Berlim. Lamentavelmente temos pessoas com mais de oitenta anos, que andam a passar por carreiros de carros, que são autênticos carreiros de cabras, pessoas com bengala, pelo menos duas pessoas que posso identificar. Aquilo que mais me preocupa como Oliveirense e como morador na Abelheira, na Rua do Castelhão, é que vim ter com o Senhor Presidente da Junta e ele disse-me que esse era um problema do Senhor Presidente da Câmara, que já muita gente da Abelheira tinha vindo ter com o Senhor Presidente da Câmara. Eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara, para fazer o favor de deixar uma passagem para os peões naquela rua que infelizmente passa lá muita gente. É pena que aquilo tenha acontecido, porque se eu sabia que tinham andado a fazer um peditório de assinaturas, tinha ido à zona industrial e tinha feito o triplo ou o quádruplo das assinaturas com a gente que passa de Ul e de outras freguesias para a Simoldes e para a zona industrial. Esta era uma coisa que eu queria pedir ao Senhor Presidente, sinceramente acredito na sua boa vontade e agradeço, porque aquilo ficou de em Fevereiro ser resolvido, estamos em Junho, passados quatro meses e ainda não foi resolvido. A segunda questão era esta: para quando a electrificação daquela rua, que vai do Carpan ao Pingo Doce ou vice-versa, aqueles buracos que foram abertos possivelmente pela EDP estão quase todos tapados, eu digo isto porque de vez em quando vou passear com um cãozito e os buracos estão quase todos tapados. A terceira questão, era uma questão no foro da sinalização na Rua Frei Simão de Vasconcelos, aquela rua que vai agora da Proleite para a minha rua, para Abelheira melhor dizendo, qual a razão porque tem um STOP na Rua Frei Simão de Vasconcelos e outro Stop na Rua Dr. Sá Carneiro, infelizmente até lamento que a Câmara não tenha sabido o nome do Dr. Francisco Sá Carneiro, pessoa grata tanto para o Partido, para o PSD, como creio para toda a população de Portugal e só deitaram Dr. Sá Carneiro, é que tem na Rua Dr. Sá Carneiro tem um Stop e na Rua Frei Simão de Vasconcelos tem outro Stop. Se a passagem de nível neste momento está fechada, não podem os carros naquele cruzamento vir para cima, pergunto eu: não seria de chamar alguém que percebesse alguma coisa de trânsito para modificar aqueles sinais? E, por último, a Rua Dr. Manuel José da Silva infelizmente deixou de ter quase trânsito, por uma razão, as pessoas vêm por ali, vão aonde têm de ir, vão ao seu destino, vão à rotunda e não vão novamente na rua do falecido Manuel José da Silva e como não podem subir para a passagem de nível não tem viabilidade. Era outra coisa que pedia. Agora outra coisa, e aqui vai-me desculpar Dra. Helena e Senhor Presidente da Câmara, era falar do Hospital. Lamento, até acredito que o Senhor Presidente da Câmara tenha tido boas notícias daquelas reuniões que fizeram com o Senhor

Secretário de Estado ou com o Senhor Ministro da Saúde, mas infelizmente foi de lamentar que tanto o Senhor Presidente acreditou, que a Senhora Deputada nos chamou de panfletários, depois de arranjarmos quatro mil novecentos e oitenta e cinco assinaturas para que a maternidade não fosse fechada e toda a gente dizia “fecha a maternidade, que é rentável, mas não fecha a pediatria”. Passados dois anos e tal, é o que a gente vê, lamento e aí estou de acordo com o que diz o Dr. Vieira Dias, que realmente o Hospital era uma referência e deixou de ser. Lamento também que a Senhora Deputada na altura defendesse que o Governo não ia fechar valência nenhuma, que nós podíamos estar descansados e a população hoje, eu já não tenho crianças novas, mas tenho os meus netos que são a coisa que eu mais adoro, que agora terão que se deslocar a Santa Maria da Feira sem necessidade disto. Senhora Dra., vai-me desculpar, mas ponho-a no mesmo papel do Senhor Presidente da Câmara, com uma atenuante, a Senhora foi das pessoas, desculpe o termo, mais arrogantes com os Membros da CDU, porque nós somos Comunistas, nós debatemos por um ideal e defendemos um ideal que continuaremos a defender e o Senhor Presidente da Câmara na altura disse que o Senhor Dr. Correia de Campos, na altura o Ministro da Tutela, que tinha prometido que não ia fechar mais nada, passados estes anos é de lamentar. Boa noite e obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Dar só uma informação que não dei no final do Período de Antes da Ordem do Dia, que costumo dar sempre e ainda por cima desta vez quem excedeu o tempo foi o PSD. Dizer que dos trinta e dois minutos que o PSD tem direito, usou trinta e oito minutos; o Partido Socialista tem direito a vinte e dois minutos e desta vez só utilizou dezoito minutos; o CDS oito minutos e o PCP sete minutos. Portanto, fica para registo. Isto não tem efeitos retroactivos.

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Muito boa noite a todos, muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====